




Mísia (1955-2024)
A voz corajosa
de alguém
e além-fado
Cultura, 25



Jogos Olímpicos
Nelson Oliveira
cumpre, Catarina
Costa desilude
Desporto, 26 a 30



Público



50 anos da descolonização
A primeira vaga de emigração
qualificada foi para as colónias
P2

Grupo de peritos criado pela PGR alerta para risco de fraude no PRR da habitação

Enviou recomendação ao Governo. Pede reforço do controlo das operações aprovadas com as regras que entraram em vigor em Junho **Política, 10/11**

Venezuela
Chavismo pode ser derrotado nas urnas 25 anos depois
Sondagens indicam que Maduro vai perder. Lusodescendentes temem reacção do regime **Destaque, 2 a 4**



Ferrovia 2020
Concursos mal feitos e falhas de engenharia atrasam obras
Oito anos depois, Ferrovia 2020 nem a meio vai. Obras atrasaram-se, custos dispararam **Economia, 20/21**

Montes Golã
Maior ataque do Hezbollah mata 11 crianças e jovens
Israel diz que vai responder ao pior ataque contra civis israelitas desde o início da guerra **Mundo, 18**

Venezuela vai a votos nas eleições que ameaçam o chavismo

As sondagens dão como certa uma derrota em toda a linha de Nicolás Maduro. Mas ninguém acredita que o regime abra mão facilmente do poder

João Ruela Ribeiro

Pela primeira vez em mais de duas décadas, o chavismo, o movimento bolivariano fundado por Hugo Chávez que governa a Venezuela desde 1999, pode ser derrotado nas urnas. Aconteça o que acontecer nas eleições presidenciais de hoje, a Venezuela irá entrar em território desconhecido.

Esperam-se horas de elevada tensão após o fecho das urnas hoje à noite, ao longo da contagem dos votos e até ao anúncio oficial do vencedor das eleições presidenciais. Ninguém arrisca fazer previsões para o dia seguinte: irá o regime aceitar uma vitória do candidato opositorista e o fim da hegemonia chavista? Irá a oposição entender como válido um resultado que contrarie as inúmeras sondagens que atribuem uma vantagem confortável ao seu candidato?

O chavismo enfrenta um desafio inédito que, no limite, poderá ditar o seu afastamento do poder e a abertu-

ra de uma transição política de dimensões difíceis de prever. Por um lado, o regime de Nicolás Maduro dá sinais de desgaste como nunca que estão a minar o apoio de fatias da sociedade que serviram como esteios da sua legitimidade nas últimas duas décadas; por outro, a oposição conseguiu não deixar escapar uma união que poucos previam ser possível há poucos meses para se apresentar fortalecida nas urnas.

No encerramento da campanha em que pretende ser reeleito Presidente para um terceiro mandato, Maduro adoptou um tom conciliador que contrastou com as referências a um “banho de sangue” em caso de derrota do chavismo, alguns dias antes, e que fez acender alarmes em todo o continente americano. “A todos aqueles que foram opositores: bem-vindos, venham connosco construir a pátria”, afirmou Maduro no comício de quinta-feira, em Caracas.

O chavismo depara-se com uma crise inédita que bem pode ditar o seu fim. A profunda crise económica, o

êxodo de milhões de pessoas nos últimos anos, a repressão das autoridades e o desgaste próprio de qualquer líder que se mantenha muito tempo no poder estão a alienar importantes parcelas da sociedade e, com isso, a deixar a popularidade de Maduro em índices historicamente baixos.

A tímida abertura do sistema político, que permitiu a realização de eleições primárias pela oposição, foi o ingrediente que congregou todo o desejo de mudança da maioria dos venezuelanos num só nome: María Corina Machado. Em Outubro, mais de dois milhões de pessoas votaram na ex-deputada de 54 anos numa inesperada demonstração de vitalidade da Plataforma Unitária, o movimento opositorista que durante anos se perdeu em guerras internas.

“A partir de 2021, a sociedade despolitizou-se, porque as pessoas viram que o Governo de Juan Guaidó [auto-proclamado Presidente interino em 2019] não cumpriu o prometido”, diz à BBC Espanhol o analista Oswaldo Ramírez. “Em consequência, a opo-

sição dura desapareceu, caiu para níveis críticos”, acrescenta. “Com as primárias, Machado posicionou-se como líder da oposição e conseguiu algo mais: repolitizar o país.”

O regime intuiu o perigo. Machado foi impedida de se candidatar depois de o Supremo Tribunal ter confirmado uma controversa sentença de inabilitação de exercício de cargos públi-

cos. No entanto, a oposição não se desviou do objectivo primordial. Foi escolhida a académica Corina Yoris, uma octogenária sem passado político e currículo impoluto. Problemas no acesso ao portal de inscrição de candidaturas impediram que se apresentasse. Em tempo recorde, a Plataforma Unitária encontrou uma alternativa em Edmundo González Urru-

RONALD PENA R./EPA



ALEXANDRE MENEGHINI/REUTERS



tia, um antigo embaixador, que praticamente ninguém conhecia no início da campanha eleitoral. Hoje, as sondagens mostram que o apoio popular a Corina Machado se transferiu para o discreto diplomata que tem partilhado os comícios com a que todos dizem ser a “verdadeira” candidata. A popularidade de Urrutia mostra o desejo forte de mudança entre os venezuelanos, dispostos a votar em qualquer candidato que prometa pôr fim ao chavismo.

Optimismo e cautela

Nas sondagens realizadas nas últimas semanas, González Urrutia aparece com uma vantagem confortável face a Nicolás Maduro, em média, com cerca de 30 pontos de distância a separá-los. “A disposição para a mudança parece arrematadora”, escreve na revista *America’s Quarterly* o director da empresa de sondagens Delfos, Félix Seijas Rodríguez, que há mais de 20 anos faz estudos de opinião na Venezuela. “As nossas informações indicam que González Urru-

O desejo de mudança dos venezuelanos pode dar a vitória a González Urrutia (em baixo)

30

As sondagens das últimas semanas dão, em média, uma vantagem de 30 pontos ao candidato da oposição

tia irá vencer de forma decisiva”, conclui. Os dirigentes do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) têm criticado as sondagens que apontam para a vitória de Urrutia, contrapondo com estudos feitos por empresas mais próximas do chavismo que mostram Maduro na frente.

Entre as hostes da oposição o optimismo é visível, embora temperado com cautela. “Todas as medições de opinião que conhecemos dão-nos uma vitória cómoda e ampla, e nem mesmo que façam alguns truques poderão alcançar a brecha entre a nossa candidatura e a candidatura oficialista”, declarou González no comício de encerramento da sua campanha. Há um temor justificado de que o resultado eleitoral possa não ser respeitado pelo chavismo. Em 2015, a oposição obteve a maioria na Assembleia Nacional, mas o regime esvaziou o órgão legislativo de todos os seus poderes, tornando inútil a maioria parlamentar opositorista.

Os sinais não são animadores. A campanha ficou marcada por irregularidades, uso de recursos públicos pelo PSUV, assédio e detenções de elementos dos partidos da oposição. Nos últimos dias foram relatados muitos problemas no registo de eleitores venezuelanos a viver no estrangeiro, com milhares de pessoas impedidas de exercer o seu direito ao voto.

Um factor importante a ter em consideração nas horas que se seguirem à contabilização dos resultados é o papel das Forças Armadas. Historicamente, os militares têm sido um dos pilares do movimento bolivariano — Chávez era comandante e promoveu vários aliados a postos elevados na hierarquia das Forças Armadas —, mas o seu apoio ao regime num eventual cenário de suspeitas de manipulação dos resultados poderá ser determinante. O ministro da Defesa, Vladimir Padrino, garantiu que os militares vão “defender a Constituição e a soberania popular”.

“A única coisa certa é que teremos muita incerteza e essa incerteza não será sobre quem ganhará”, diz ao *El Nacional* a consultora política Carmen Beatriz Fernández. “A incerteza está em torno de se saber qual será a reacção do poder”, acrescenta. O que parece ser inevitável é que as eleições representem “algum tipo de transição”, como escrevem na *America’s Quarterly* os analistas Andrés Gluski e Susan Segal. “Uma opção seria uma transição democrática. Outra possibilidade, talvez mais provável, é uma eleição fraudulenta ou cancelada que irá resultar numa grande frustração ou raiva”, acrescentam.

Não foi por acaso que as autoridades marcaram as eleições para 28 de Julho, a data de nascimento de Chávez. A tentativa de resgate da legitimidade do comandante poderá não ser suficiente para garantir a reeleição de Maduro e, se assim for, o aniversário de Chávez passará a ser igualmente a data do óbito do chavismo.

Economia

A recuperação ligeira não chega aos bolsos dos venezuelanos

João Ruela Ribeiro

Uma das muitas dúvidas que pairam sobre as eleições venezuelanas é se a tímida recuperação económica dos últimos meses será suficiente para travar o descontentamento de grande parte da população que vive há praticamente uma década em clima de crise permanente. Nos últimos quatro anos, a Venezuela passou por um período de hiperinflação que atingiu seis dígitos, alcançando um recorde de 130.000%, segundo a Reuters, tirando todo o valor a salários, pensões e poupanças. Ao longo dos últimos meses, a inflação foi sendo controlada, tendo no ano passado ficado ainda assim em 50%, depois de o Governo de Nicolás Maduro ter adoptado várias medidas de controlo da taxa de câmbio e limites à despesa pública.

No entanto, anos de recessão e crescimento económico anémico têm os salários em níveis historicamente baixos, impedindo que a generalidade da população sinta no dia-a-dia o impacto da queda da inflação.

“Há uns meses, estava a gastar 75 dólares por semana, em média, em comida; agora é o dobro”, queixa-se Carmen Morales, uma administradora de 52 anos na cidade de Valência, que recebe um salário de 250 dólares mensais e tem ainda de apoiar os pais, em entrevista à Reuters.

O salário médio na Venezuela é de 213 dólares mensais, enquanto o preço médio do cabaz de bens básicos está em torno dos 500 dólares, segundo os dados do Observatório Venezuelano de Finanças. “A inflação pode descer até zero, mas se você recebe 200 dólares e a alimentação básica para um mês custa 500 dólares, temos uma disparidade”, diz à Reuters o economista da consultora Ecoanalítica Asdrubal Oliveros. “As pessoas não vêem a [queda da] inflação como algo positivo”, conclui.

O panorama económico da Venezuela é reflexo de uma degradação acelerada sem muitos paralelos noutros países em tempos de paz. Entre 2014 e 2020, estima-se que mais de 70% do PIB nacional tenha sido destruído, o que se traduz numa crise social profunda, com o êxodo de 7,7 milhões de venezuelanos do país ao longo da última década. Pelo caminho, o tecido industrial foi dizimado e o sector petrolífero — o pilar sobre o qual assentou a economia venezuelana no último século — foi arruinado.

A produção automóvel é um exemplo paradigmático. Se em 2007 foram fabricados 172 mil veículos, no ano passado apenas foram produzidos 61, segundo a *Folha de S. Paulo*.

As pesadas sanções económicas impostas pelos EUA à Venezuela para pressionar politicamente o regime de Maduro agravaram problemas estruturais que já se vinham a verificar ainda durante os anos de crescimento com Hugo Chávez. O saneamento de parte considerável dos funcionários da PDVSA, a petrolífera estatal, no início dos anos 2000, a lenta modernização das infra-estruturas associadas à extracção e produção de petróleo, e a venda a preços subsidiados de petróleo a nações amigas, como Cuba, são apontados como factores que fragilizaram este sector.

Mas é a partir da última década, já com Maduro no poder, que a indústria petrolífera venezuelana sofre os maiores abalos. Entre 2015 e 2021, a produção passou de 2,4 milhões de barris por dia para apenas 558 mil, segundo dados da OPEP. Com a chegada de Donald Trump à Casa Branca,



O salário médio na Venezuela equivale a menos de metade do preço médio do cabaz de bens básicos

a estratégia de máxima pressão dos EUA agravou ainda mais a situação económica, com a imposição de limitações à exportação de petróleo e com a exclusão do acesso ao sistema financeiro norte-americano.

A invasão russa da Ucrânia, em 2022, e o consequente reforço das exportações petrolíferas russas, levou Washington a levantar algumas restrições à Venezuela, autorizando a Chevron a retomar algumas operações. Porém, em Abril, a Administração de Joe Biden repôs algumas das sanções depois da proibição da candidatura de María Corina Machado.

Ao longo da campanha, Maduro tem prometido um regresso aos tempos de prosperidade, mas é pouco claro como poderá reconstruir uma economia tão devastada. Aconteça o que acontecer, a tarefa será colossal, como explica à Deutsche Welle o analista Ronal Rodríguez: “Para que a Venezuela pudesse sair da situação em que se encontra, seria necessário um crescimento de 15% sustentado durante vários anos.”

Destaque Eleições na Venezuela

PPE

“Inusitado.” O relato da expulsão de Bugalho

Susete Francisco

Uma viagem turbulenta, com situações inusitadas e alguma tensão. Retido no aeroporto de Caracas na sexta-feira e expulso da Venezuela, o eurodeputado Sebastião Bugalho – que integrou a delegação do Partido Popular Europeu (PPE) impedida de entrar no país – diz ver com “pena” o sucedido. Mas o episódio não abala a “esperança” que tem de que as eleições de hoje marquem uma viragem.

De acordo com o relato de Sebastião Bugalho ao PÚBLICO, logo à chegada ficou “retido”. Estava com Esteban Gonzalez, eurodeputado e vice-presidente do Parlamento Europeu, e com membros de outras delegações que se deslocavam a Caracas, do Senado e do Congresso espanhol, além de dois membros de uma ONG, sem telemóvel e com o passaporte confiscado. “Acabámos apinhados numa sala a lerem-nos uma proclamação, que recusaram fornecer por escrito, em que nos era recusado o estatuto de observadores eleitorais – coisa que nunca quisemos – e onde éramos acusados de ter desrespeitado a soberania da Venezuela e de termos sancionado a Venezuela”, afirma. E acrescenta: “Não deixa de ser um pouco inusitado. Tendo tomado posse há menos de duas semanas, não tive tempo de sancionar nem a Venezuela, nem ninguém.”

Bugalho rejeita os termos da declaração, garantindo que a delegação do PPE agiu “formalmente, institucionalmente e diplomaticamente” de forma “irrepreensível”, tendo afirmado publicamente que a deslocação seria feita com “total respeito pela soberania da Venezuela”. “Nunca quisemos ser observadores eleitorais, era uma viagem de acompanhamento a convite da oposição democrática. E perguntámos repetidamente às autoridades venezuelanas, antes da viagem, se seríamos proibidos de entrar, o que nunca nos foi respondido formalmente”, refere. Acabaram por ser reencaaminhados para um voo de volta, com “alguma tensão”, no desfecho de uma viagem “turbulenta”.

Diz olhar com “optimismo e esperança” para as eleições de hoje, mas garante que, “se tudo ficar na mesma”, o PPE “não ficará indiferente ao modo como foi tratado”: “Iremos tomar medidas.” Quais? “O que posso dizer é que o que se passou não será inconsequente.”

Testemunhos de lusodescendentes

Comunidade portuguesa entre a “esperança” e a “preocupação”

Natalia Vásquez

Os portugueses no país esperam mudança política “necessária”. Mas temem reacção do Governo caso a oposição ganhe

María Fátima de Pontes, venezuelana de pais portugueses, acaba de chegar do supermercado quando fala com o PÚBLICO. A conselheira das comunidades portuguesas na Venezuela foi uma das pessoas que se abasteceram de produtos antes das eleições presidenciais de hoje. “Em cada canto da Venezuela, estão a preparar-se para o que vai acontecer este fim-de-semana. Quando estava na rua, vi que as pessoas estão um pouco assustadas com as ameaças”, diz.

Com a oposição a liderar as sondagens, Nicolás Maduro ameaçou que, se não ganhar, o país pode enfrentar um “banho de sangue”. “Há uma certa preocupação, porque as declarações do Presidente têm sido um pouco fortes, mas esperamos que o que aconteça seja o melhor para a Venezuela, para o país onde temos trabalhado toda a nossa vida”, afirma.

Na comunidade portuguesa na Venezuela, há uma mistura de preocupação, cepticismo e esperança sobre o que pode acontecer depois das eleições presidenciais. As expectativas partilhadas “pela comunidade portuguesa e os venezuelanos”, segundo Francisco Campos Topa, também conselheiro das comunidades portuguesas na Venezuela, podem ser resumidas numa palavra: mudança.

“Uma transformação política, sem dúvida, é absolutamente necessária. Estas eleições são talvez a primeira possibilidade real de haver uma mudança depois de mais de 20 anos, e isto é visto como algo muito positivo por muitos. Vive-se e sente-se que desta vez vai ser possível”, afirma.

Um dos cenários mais desejados é o retorno aos anos dourados do país, “quando tudo fluía de uma forma excelente”, afirma Francisco Campos Topa. Um retorno à “outra Venezuela”, na qual María Fátima diz ter vivido



LEONARDO FERNANDEZ VILORIA/REUTERS

Estima-se que mais de 7 milhões de venezuelanos tenham saído do país desde 2015

“Temos de acreditar que pode existir uma Venezuela próspera. E se volta a Venezuela que todos queremos, muitas pessoas vão voltar também”

María Fátima de Pontes
Conselheira das comunidades portuguesas

María Fátima de Pontes, Simão Rocha e Francisco Campos Topa



quando era jovem.

“Os meus pais, quando chegaram ao país, tiveram todas as possibilidades de prosperar. O meu pai ajudava os que chegavam de Portugal e depois essas pessoas também prosperavam, mas tudo mudou, a população empobreceu”, conta.

Francisco Campos Topa também sente que a mudança no país tem sido “praticamente de 180 graus”. “A Venezuela que eu conheci há 45 anos era uma que recebia pessoas de toda a América Latina e da Europa, mas agora muitos saem. Se a situação não mudar, muitos venezuelanos, luso-venezuelanos e portugueses vão, provavelmente, continuar a emigrar”, afirma.

Mais de sete milhões de pessoas fugiram do país nos últimos anos, de acordo com estatísticas da Agência das Nações Unidas para os Refugiados. A esperança, diz Fernando Campos Topa, é que as eleições possam marcar “um ponto de inflexão” e que possa haver um regresso. Muitos dos portugueses e seus descendentes voltaram para Portugal, especialmente para a ilha da Madeira. “A quantidade de jovens que saíram da Venezuela é triste. O ano passado fui à Madeira e onde quer que fosse havia um venezuelano”, diz María Fátima de Pontes.

O filho de Simão Rocha, português que mora em Caracas, foi precisamente um dos jovens que decidiram emigrar. “Ele vive há bastante tempo na Espanha. A minha neta nasceu lá. Em mim, a ideia de sair do país está sempre latente.”

Simão Rocha mora na Venezuela há 43 anos. Sempre trabalhou na área da panificação e da restauração, mas conta que tem senti-

do muitos problemas devido à crise económica. “[Muitos portugueses] vivem com pequenos subsídios do Governo português ou de dinheiro que mandam os filhos e os netos que moram fora. Outros vivem das poupanças que acumularam ao longo da sua vida, o que é mais ou menos o meu caso.”

“Para as pessoas de fora, é difícil entender como é que neste país se consegue viver”, diz Fernando Campos Topa. Há diversos motivos pelos quais muitos portugueses como Simão Rocha permanecem na Venezuela apesar da crise. Além do “clima espectacular” e as “pessoas muito boas”, muitos ficam para preservar os seus bens materiais. “Os nossos bens perderam muito valor. Depois de anos a trabalhar para criar um património, hoje as coisas não valem nada e as pessoas não querem vender tudo o que têm por quatro centimos”, explica o conselheiro das comunidades portuguesas. “É um tema que não é fácil.”

Sair do país à procura de oportunidades quando não se é jovem também é complexo, afirma María Fátima de Pontes. “Para um jovem talvez não, mas na minha idade é difícil.”

Dentro da esperança perante o que as eleições poderão trazer, há também “cepticismo”, salienta Francisco Campos Topa. Se a oposição ganhar, não há garantia de que o resultado seja aceite pelo actual Governo. “Todos os cenários são possíveis. Desde os resultados não serem aceites, a inventarem uma situação de intervenção de um país estrangeiro, ou mesmo aceitarem a derrota. Eu até acredito que este último possa acontecer de forma passageira, porque seria uma forma de ‘limpar’ a imagem do regime ditatorial que se tem do país na comunidade internacional.”

O conselheiro frisa que “há muitos factores a considerar”: “A Assembleia Nacional continuará ‘na mão’ do Presidente Maduro e a tomada do mandato presidencial é só daqui a seis meses. Por outro lado, a oposição venezuelana tem muitas debilidades. Neste momento, está unida porque o objectivo é tirar Maduro da presidência, mas a oposição é muito diversa do ponto de vista de ideologia política, o que na hora de governar se pode provar difícil.”

Para María Fátima de Pontes, o sonho é que “o mundo saiba que a Venezuela pode ser e será melhor”. “Temos de acreditar que pode existir uma Venezuela próspera. E se volta a Venezuela que todos queremos, muitas pessoas vão voltar também.”



Sabe quais destas pessoas têm Hepatite C?

QUEM VÊ CARAS NÃO VÊ INFEÇÕES

Muitos estão infetados e não o sabem.^{1,2}

A Hepatite C pode evoluir
para doença grave, mas tem cura*.³

Fale já com o seu médico / enfermeiro

abbvie

Saiba mais em: www.quemvecarashaoveinfecoes.pt

1. McGowan CE, et al. Liver Int 2012;32:151-156;
2. Grebely J, et al. J Infect Dis 2013; 207(S1):S19-S25;
3. Asselah T, et al. Liver Int 2018; 38 (Suppl 1).

*Cura = resposta virológica sustentada (RVS12), definida como sendo o ARN VHC não quantificável ou indetetável 12 semanas após o tratamento

AbbVie, Lda. Estrada de Alfragide, 67 - Alfrapark - Edifício D - 2610-008 Amadora, Portugal. Tel.: 211908400. CRC Amadora NIF 510 229 050 Capital Social €4.000.000.

A “normalidade” não voltou à escolas

Editorial



Andreia Sanches



É preciso avaliar bem o que está a acontecer e tomar medidas. O país não se pode dar ao luxo de ter estes níveis de abandono e retenção escolar

As taxas de retenção e abandono escolar conhecidas ontem confirmam que mais alunos não passam de ano ou saem da escola numa idade em que deviam estar a estudar e a ter sucesso. Estamos na ordem das 100 mil crianças e jovens. No ensino básico é preciso recuar a 2018/19 para termos valores tão maus. Breve nota de contexto: em 2019/20 os números do insucesso escolar baixaram para níveis históricos. Houve quem dissesse que tal resultava da resiliência e capacidade de escolas e professores gerirem a crise provocada pela pandemia. Mas muitos alertaram que o que mais podia estar a pesar eram as mudanças nas regras da avaliação externa dos alunos, que se tornou menos exigente por causa da covid; uma maior benevolência dos professores na avaliação interna, face aos longos períodos de ensino à

distância; e uma subnotificação do absentismo. Com o fim da pandemia, mantiveram-se algumas dessas regras de excepção, mas, no geral, voltou-se ao modelo anterior. E as taxas começaram a subir. Argumentou-se, então, que era o regresso “à normalidade” – o insucesso provavelmente aumentaria um pouco, mas nada que virasse ao contrário a trajectória de melhoria das últimas décadas, uma das grandes conquistas do país. O que os dados mostram é que continuámos a piorar. E em 2022/23 piorámos outra vez. A normalidade não chegou. É um alerta seríssimo. No secundário estamos ainda abaixo dos 13% registados em 2018/19, mas em 2022/23 um em cada dez alunos não passou de ano ou desistiu. E isto mesmo tendo-se mantido até hoje o regime excepcional de os exames não contarem para a nota final (para o ano já contam). No 3.º ciclo,

ultrapassou-se mesmo os valores pré-pandemia. Vários países têm reportado um aumento do absentismo, do abandono e dos chumbos, como nos diz a OCDE. Os efeitos de longo prazo, que poderão durar anos, estão a ser alvo de atenção em todo o mundo, incluindo o Banco Mundial. Por isso, há uma enorme pressão para que esta espécie de “covid longa na educação”, que afectou as bases das aprendizagens, não seja ignorada. Em Portugal tivemos uma estratégia especial. Mas ou precisa de mudar, ou outros factores precisam ser atacados com mais empenho. A falta de resposta aos alunos estrangeiros terá um grande peso nestes valores. Provavelmente, os milhares de aulas que ficaram por dar por não haver professores, também. É preciso avaliar bem o que está a acontecer e agir. O país não se pode dar ao luxo de ter níveis de insucesso destes.

CARTAS AO DIRECTOR

Memórias e desencanto

O artigo do Pacheco Pereira (P.P.) deste sábado, 27 de julho, intitulado: “Porque é que na ‘geração mais preparada de sempre’ a ignorância cresce”, deixou-me pensativo. Eu sou da geração do P.P., fomos amigos antes e depois do 25 de Abril, de esquerda, mas de quadrantes ideológicos diferentes (...). Nós, com os nossos vinte e tal anos líamos muito, tudo nos interessava e queríamos mudar o mundo cada um à sua maneira. Por isso este artigo tocou-me nas minhas memórias e não posso estar mais de acordo com ele. Sei que já na Grécia Antiga os filósofos falavam da juventude com desdém e diziam que já nada era como dantes, mas não posso deixar de referir que também me espanta a ignorância da juventude e mesmo a da “meia-idade”. Sabem tudo em termos tecnológicos e digitais, mas nada sabem da história e da cultura dos povos e das nações. São os mais bem preparados, porque têm curso superior, mestrados e

doutoramentos, mas fora dessas áreas pouco sabem. As suas conversas são banais e sempre focadas em trivialidades e nós os de 70 anos somos para eles dinossauros em vias de extinção. De facto, “as duas grandes fontes da nossa cultura ocidental desapareceram do saber circulante: a Bíblia e a cultura greco-latina” e isso não pode deixar de influenciar o seu pensamento e as suas opções políticas e cívicas. Caro e velho amigo P.P., resta-nos pensar que, se calhar, somos de facto “velhos do Restelo” e que na visão cíclica da história, a juventude ainda nos vai dar muitas alegrias neste ou no outro mundo. José Carlos Palha, Gaia

O perigoso crescimento da economia de guerra

No mundo em que vivemos estão a intensificar-se as guerras. O crescimento dos partidos populistas extremistas não ajudará a conter os conflitos. Antes pelo contrário. A Rússia, ao invadir a Ucrânia, iniciou gastos

descomunais com armamento militar e está apostando numa economia de guerra que, não conseguindo produzir armamento bélico suficiente em tempo útil para usar na Ucrânia, está contando com a ajuda da Coreia do Norte e do Irão, não se sabendo até que ponto a China já estará a fornecer armamento militar à Rússia. Por sua vez, a China prossegue o “jogo do rato e do gato” em Taiwan com manobras intimidatórias. A União Europeia já está incrementando os gastos na defesa, o que não é bom sinal. A máxima “Se queres paz, prepara-te para a guerra” nem sempre faz jus ao que se pretende e, por vezes, os conflitos deflagram em grande escala. A globalização em que vivemos trouxe dois aspectos curiosos e preocupantes: por um lado, existe um *boom* nas comunicações, na tecnologia e no comércio, enquanto, por outro lado, assistimos a cenários de guerra, fortes migrações que se intensificam e a consequente vulnerabilidade. As alterações climáticas também acrescentaram

novos problemas. António Cândido Miguéis, Vila Real

Miguel Esteves Cardoso não pára de surpreender

Desta vez foi no suplemento Ípsilon do jornal PÚBLICO que o autor de *Explicações de Português* nos presenteou com um testamento literário de como viver melhor através das palavras (...) *Como Escrever* é o seu novo livro a iluminar caminhos, a encerrar dúvidas e a encorajar decisões. A partir de “Reescrever: isso é que é escrever”, podemos abraçar o dia-a-dia justificando que “reviver: isso é que é viver”. As palavras estão aí, a questão é conjugá-las de forma a nascer um luminoso poema, romance ou ficção. Ademar Costa, Póvoa de Varzim

Mas que Sena!!!

O troço do rio Sena percorrido pelos atletas dos Jogos Olímpicos, só por si, pode ser considerado o mais atrativo cartaz turístico mundial pelo que dispensaria

qualquer outro tipo de promoção. Contudo, quando o homem sonha, a obra nasce e aquilo que já era belo passou a ser esplendoroso. A chuva não estava no programa, mas ao ver que tudo decorreu de forma imperturbável, faz pensar que o St. Pierre participou nas reuniões de preparação, prometendo umas bategas para testar a solidez do evento. Nem lamento a molha dos espectadores no local que pareciam inebriados e protegidos pela magia do momento. No conforto do sofá ao lado de mais três milhões também foi magnífico... embora sem chuva nem magia. José M. Carvalho, Chaves

PÚBLICOERROU

A grelha das palavras cruzadas da edição do Porto de sexta-feira estava errada. O texto não correspondia à grelha apresentada. Na edição de sábado, o problema voltou a repetir-se. Pela lamentável falha, a que é alheio o autor das palavras cruzadas, pedimos desculpa aos nossos leitores.

ESCRITO NA PEDRA

É preciso tentar ser feliz, nem que seja apenas para dar o exemplo Jacques Prévert (1900-1977), poeta

O NÚMERO

21

milhões de venezuelanos estão habilitados a votar nas eleições presidenciais a realizar hoje

Os franceses são uma inspiração

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

É preciso admirar o espírito francês. Ao ler os jornais ingleses que fizeram troça do dilúvio que encharcou a abertura dos Jogos Olímpicos, ocorreu-me que os franceses mostraram ser ainda mais ingleses do que os ingleses, transformando um azar meteorológico num triunfo da vontade humana.

Os franceses sabiam que ia chover - e chover bem. Mas seguiram em frente. O que é um bocadinho de chuva, quando se trata de mostrar ao mundo a cidade mais maravilhosa que o mundo já viu?

É preciso admirar o espírito parisiense. Eles têm a atitude certa para com os turistas, mas os turistas vêm na mesma, porque os parisienses têm razão: é muito chato viver numa cidade invejada pelo mundo inteiro.

Paris tem enfrentado tantos azares e tantas tragédias, é diariamente confrontada

com tantos problemas terríveis, que a atitude sensata teria sido fugir aos Jogos Olímpicos.

Como sempre, os velhos do Restelo, lá do Restelo de Paris, que não imagino como se chame, tinham razão, mas foram na mesma derrotados, e ainda bem que foram: não temos maneira de receber tanta gente, a cidade está pelas costuras, o trânsito está impossível, o policiamento é insuficiente, e os terroristas estão em pé de guerra. Não seria melhor deixarmo-nos estar?

Todo o mundo ganha com a vaidade francesa. Os ideais franceses são cada vez mais importantes. E a maneira de viver dos franceses - e as exigências constantes que para eles são a única maneira de a defender - é um exemplo para o mundo.

Eles sabem. Sabem viver. Sabem amar. Sabem comer. Sabem discutir. Sabem manter as coisas de que gostam. E sabem barafustar. Não há espectáculo mais inspirador do que um francês a queixar-se: pode estar a queixar-se de uma coisa que só a ele diz respeito, mas queixa-se como se fosse em nome de toda a república.

Não se importam que o mundo se ria deles. São ridículos, mas são sérios. Rimo-nos, porque gostamos deles. E porque gostamos deles assim, sem tirar nem pôr.

Obrigado, França!

STEFAN WERMUTH/REUTERS



Kassidy Cook e Sarah Bacon, dos Estados Unidos da América (EUA), em acção na final de mergulho de trampolim de três metros sincronizado feminino, ontem, durante o Jogos Olímpicos de Paris 2024

P

publico.pt



Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR

David Pontes

Directores adjuntos

Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro

Directora de arte

Sónia Matos

Directora de design de produto digital

Inês Oliveira

Editoras executivas

Helena Pereira, Patrícia Jesus

Editor de fecho

José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactores principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narição Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadaís (editoras), Pedro Rios (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.

Presidente Ângelo Paupério

Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia RH Maria José Palmeirim

Direcção Comercial João Pereira Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente

Leonor Soczka Análise de Dados Bruno Valinhas Marketing de Produto

Alexandrina Carvalho Área de Novos Negócios Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410

Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via

Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital:

Sonaeacom, SGPS, S.A. | Publicidade comunique.publico.pt/publicidade |

comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 |

Impressão Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo,

Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa

Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | Distribuição VASP -

Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal - Venda Seca,

2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Junho 18.738 exemplares

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação

expresso no seu Estatuto Editorial [publico.pt/nos/estatuto-editorial](#)

Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para

[leitores@publico.pt](#)

ASSINATURAS Linha azul 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

[publico.pt/assinaturas](#) • [assinaturas@publico.pt](#)

Não vos abandonarei



Frei Bento Domingues O.P.

Como diz o Papa Francisco, a família é a primeira e a mais radical contestação da ideia de nos podermos salvar sozinhos

1 A bela música de Caetano Veloso e Kleber Lucas – *Deus cuida de mim* – presta-se a um equívoco. Se, por um lado, é importante a convicção de fé que Deus cuida de cada um de nós, que não estamos sozinhos no mundo, por outro, pode transformar-se numa acusação a Deus. Quem se sente rejeitado, abandonado ou esquecido vai perguntar: Onde é que está esse Deus que cuida de mim? Como alguns disseram, ou Ele não é todo-poderoso ou não é bom, não tem compaixão. É um modo de dizer que Deus não existe.

E, no entanto, parece-me cristianíssima a expressão *Deus cuida de mim*, porque convoca os seres humanos para cuidarem uns dos outros [1]. Sem esta fé, cada um segue o seu caminho sem olhar para os que precisam de ajuda. Quer em certos livros do Antigo Testamento, quer nos textos cristãos, Deus é Aquele que não pode deixar ninguém sozinho, porque nos responsabiliza pela situação em que o mundo se encontra, que gasta em armas o que devia gastar em tornar este mundo habitável, cheio de beleza e solidariedade.

A mensagem do Papa Francisco, para este IV Dia Mundial dos Avós e Idosos, começa por aqueles que já não contam e facilmente são descartáveis [2].

Estamos no tempo das férias de Verão, que acentuam uma situação que pode percorrer o ano todo. O Papa, na sua mensagem deste ano, recorda a sua própria experiência. “A molesta companheira da nossa vida de idosos e avós é, com frequência, a *solidão*. Muitas vezes me sucedeu, como bispo de Buenos Aires, ir visitar lares de terceira idade, dando-me conta de como raramente recebiam visitas aquelas pessoas: algumas, há muitos meses, não viam os seus familiares.”

Além disso, as pessoas idosas e doentes, muitas vezes, têm ainda de suportar a acusação de que são elas que impedem o desabrochar da vida dos mais novos. Seriam, assim, responsabilizadas pelos conflitos de gerações. O que se gasta com os mais idosos e doentes seria roubado ao desenvolvimento dos jovens e do próprio país. Contrapor as gerações é um fruto da cultura do conflito.

2. A solidão e o descarte dos idosos e doentes não são casuais nem inevitáveis, mas fruto de opções – políticas, económicas,



NUNO FERREIRA SANTOS

sociais e pessoais – que não reconhecem a *dignidade infinita* de cada pessoa.

Hoje, existem muitas mulheres e homens que procuram, de tal maneira, a sua própria realização pessoal, que optam por uma existência autónoma, ligada apenas às exigências da sua carreira ou da sua comodidade. Esta é a marca do *individualismo*. A passagem do “nós” ao “eu”, auto-suficiente e distraído dos outros, é sinal de egoísmo.

Como diz o Papa Francisco, a família é a primeira e a mais radical contestação da ideia de nos podermos salvar sozinhos. É, antes, uma das vítimas desta cultura individualista.

Quando se envelhece, e à medida que as doenças aumentam e as forças diminuem, a miragem do individualismo, a ilusão de não precisar de ninguém e de poder viver sem vínculos revela que já não podemos alimentar a ideia de que poderíamos viver sem a ajuda dos outros. Muitas vezes, já é demasiado tarde.

A solidão e o descarte, tão frequentes, têm múltiplas raízes e é fundamental não tratar todas as situações com as mesmas receitas. Nalguns casos, são o resultado duma exclusão

planeada, uma espécie de triste “conjura social”; noutros, trata-se infelizmente de uma decisão própria; noutros ainda, fingindo que se trata de uma opção autónoma, não passa de uma ficção criada para tornar suportável essa solidão.

Em qualquer dos casos, é importante não se resignar, mas colaborar com as pessoas que procuram soluções viáveis. Contra a atitude egoísta, que leva ao descarte e à solidão, deve-se contrapor um coração aberto e confiar em quem diz, como na história bíblica de Rute: *Não te abandonarei!* [3]?

3. Durante muito tempo, costumava recomendar um livro para férias. Gostaria de voltar a esse costume. Para estas férias, recomendo um dos últimos livros do professor de Filosofia da Universidade de Barcelona Josep Maria Esquirol, *A Escola da Alma. Da forma de educar à maneira de viver* [4]. A escola da Alma é o mundo.

Importa começar pelas suas notas introdutórias, para não lhe emprestar propósitos que não sejam dele, para não se pensar, pela capa, que seria um livro puramente espiritualista, embora o seu tema seja, de facto, a *forma de educar e a maneira de*

viver.

Começa pelo mundo. Há casa, porque há intempérie. E a intempérie pede amparo. Há escola, porque há mundo. E o mundo pede *atenção*. Há casa e há escola, porque, no amparo e na atenção, cada um pode fazer caminho e amadurecer para frutificar. Que tipo de fruto? Mais casa e mais mundo.

Uma verdadeira escola é um lugar onde se treina a *prestar atenção* às coisas do mundo e aos outros. Pode ou não ter o nome de escola. Pode ser uma escola primária, num qualquer lugarejo do Mediterrâneo ou um mosteiro budista nas montanhas do Tibete; a escola que Epicteto tinha em Nicópolis, há dois mil anos, ou a que, apesar de tudo, continua a acontecer hoje, numa qualquer sala de aula universitária. Como o cultivo da *atenção* é sempre oportuno e benéfico, poderia haver – deveria haver – escola ao longo de toda a vida. Sobretudo se se tiver em consideração que há coisas que se fazem esperar, como uma revelação do mundo, que costuma acontecer ao cabo de muitos anos.

A escola é antidesestino em todos os sentidos. Cria um lugar e um momento em que a família e as origens sociais passam para segundo plano. Porém, como a capacidade de uma pessoa tem muito que ver com as condições sociais, por vezes temos de ir contra a facticidade, principalmente quando ela é desfavorável. A escola é um lugar de igualdade e liberdade básicas.

A vida humana é uma resposta interminável. Na escola pode acontecer um encontro que, ao dar confiança, ofereça também um bom impulso. Educar é ajudar a esboçar alguns nos traços dessa resposta.

Fácil de dizer: educar tem que ver com indicar e iniciar o caminho que conduz à maturidade. E o que é maturidade? Bom, também é fácil de dizer: dar frutos. Todo o ser vivo tende para a maturidade. Mas, principalmente, e de forma especialíssima, o humano, porque cedo se reconhece chegado à vida e mortal.

A educação relaciona-se com o processo de amadurecimento das pessoas e, portanto, com o fruto que acaba por se oferecer. Mas, então, cabe perguntar: de que tipo é o fruto principal? E, depois, o que é que o faz amadurecer? Descobrir o sabor deste fruto e os elementos mais apropriados ao seu cultivo é encontrar o sentido da educação [5]?

A mística deste filósofo é como a teologia do Papa Francisco, uma *mística de olhos e coração abertos* para toda a realidade.

Boas férias. Até Setembro.

[1] É esse o fundamento da chamada “ética samaritana”, Lc 10, 29-37

[2] Foi este Papa que, em 2021, estabeleceu o Dia Mundial dos Avós e dos Idosos, a celebrar no 4.º Domingo de Julho.

[3] Rute 1, 16-17; cf. *Mensagem do Papa Francisco para o IV Dia Mundial dos Avós e dos Idosos*, 2024

[4] Edições Paulinas, 2024

[5] Cf. Josep Maria Esquirol, *A Escola da Alma. Da forma de educar à maneira de viver*, Edições Paulinas, 2024

A solidão alemã

Sem fronteiras



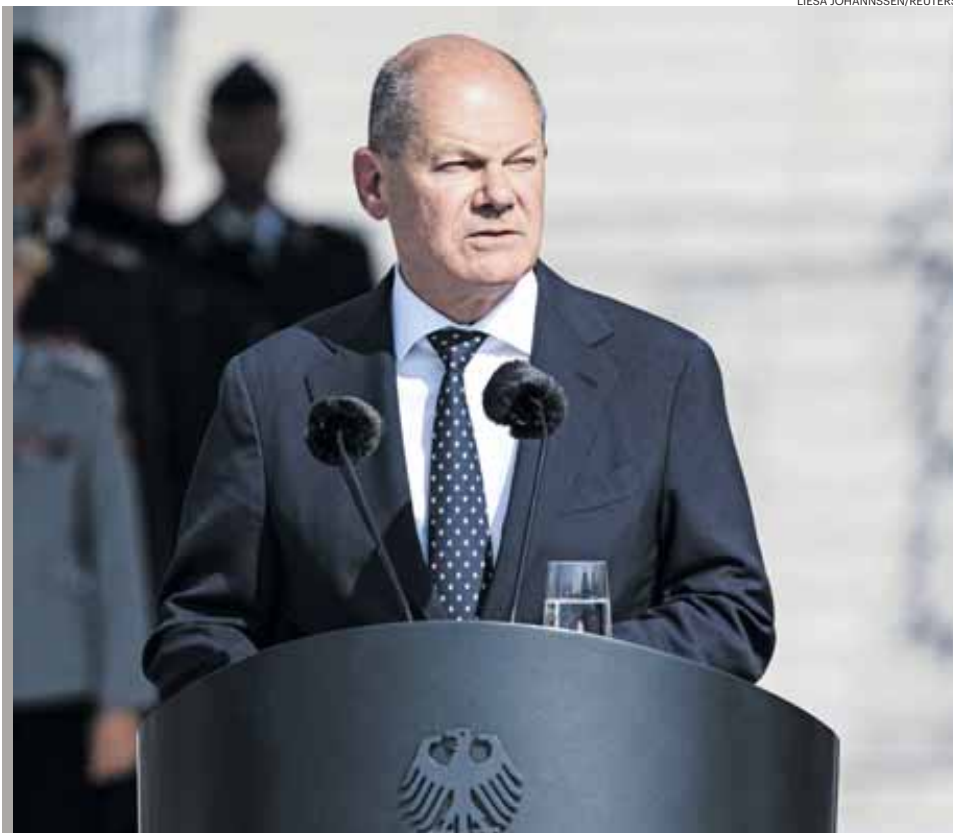
Teresa de Sousa

O esforço de entendimento com Paris praticamente não existe, deixando a Europa sem o seu motor tradicional

1. Olaf Scholz confessava em público, há dois dias e com um largo sorriso nos lábios, a sua convicção de que Kamala Harris pode vencer as eleições americanas de Novembro. De algum modo, o chanceler alemão traduzia o alívio sentido na maioria das capitais europeias com a vertiginosa evolução dos termos em que as eleições presidenciais americanas vão decorrer. Os europeus viviam o pesadelo de ver Donald Trump cada vez mais próximo da Casa Branca, em circunstâncias europeias e mundiais ainda mais dramáticas do que as que viveram no seu primeiro mandato. A guerra está de regresso ao velho continente, com uma nova-velha ameaça permanente à sua própria segurança. Um mundo mergulhou em profunda turbulência para a qual não se quis preparar a tempo. Internamente, o regresso de uma direita nacionalista e populista, mais ou menos amiga de Trump e de Putin, ameaça a sua própria coesão.

A Alemanha vive este pesadelo de forma ainda mais dramática. O nascimento da República Federal, em 1949, e a sucessão de “milagres” que viveu nas décadas seguintes, com a sua integração plena no concerto das nações democráticas, assentava em dois sólidos pilares – a aliança inquebrantável com os Estados Unidos e a aliança fundadora com a França no quadro da integração europeia. A NATO nasceu precisamente em 1949, e a Comunidade Europeia em 1958, culminando um processo que teve início com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951. A evolução da realidade política americana que podia levar à eleição de um Presidente que nunca escondeu o seu desprezo pela União Europeia e pela NATO, com uma particular inclinação para visar a Alemanha, vista como concorrente económico desleal que nem sequer quer pagar os serviços de segurança prestados pela América, punha em causa um desses pilares, precisamente quando ele é mais necessário.

No início de Julho, com a possibilidade, que chegou a parecer iminente, da vitória da União Nacional de Marine Le Pen nas eleições legislativas em França, Berlim temeu um forte abanão no segundo pilar da sua inserção externa. O programa de Le Pen-Bardella não deixava dúvidas sobre uma profunda hostilidade à Alemanha e à Aliança Atlântica,



LIESA JOHANNSEN/REUTERS

incluindo a promessa de retirar a França do comando integrado da NATO e de suspender toda a cooperação no domínio da defesa com a Alemanha. Também essa ameaça ficou agora descartada, ainda que não eliminada.

Não é apenas o facto, tantas vezes criticado, de as Forças Armadas alemãs continuarem a estar muito longe do que poderiam e deveriam ser, atendendo ao peso económico do país, porque foram relegadas durante décadas para última prioridade política. É o facto de a cultura estratégica e constitucional da Alemanha assentar no princípio da sua obrigatoria inclusão na estrutura militar da Aliança. A política de defesa e segurança da República Federal assenta precisamente num princípio: “nunca sozinha”. A Constituição estipula que a Bundeswehr só pode operar fora do território alemão num “sistema de segurança colectiva”, ou seja, no âmbito da NATO, das missões de paz da União ou da ONU.

2. Indo um pouco mais atrás, o milagre económico alemão do pós-guerra e, sobretudo, dos anos mais recentes assentou num conjunto de vantagens que estão em risco de desaparecer ou já desapareceram – a energia barata fornecida pela Rússia; a garantia de segurança americana; e o vasto mercado que a ascensão económica da China lhe proporcionava. A guerra pôs subitamente termo ao primeiro factor; a garantia americana pode ser posta em causa; a nova política europeia para a China, vista cada vez mais como um rival económico e um adversário estratégico, afecta a sua poderosa capacidade industrial. É neste quadro que um eventual abalo dos seus dois pilares externos a deixa com um sentimento de solidão perturbador.

A ascensão de um partido de extrema-direita que ficou em segundo lugar

nas eleições europeias de Junho – é verdade que, sobretudo, à custa dos votos dos *Länder* da antiga Alemanha de Leste –, acompanhando o que se está a passar em quase todos os países da UE, não ajuda a esta difícil adaptação de Berlim a uma nova realidade geopolítica e geoeconómica europeia e mundial.

3. Outra boa notícia, para além da nova esperança chamada Kamala Harris, que o chanceler pôde viver nos últimos dias veio de Londres, com a eleição de um primeiro-ministro que é amigo da União e que quer renovar a cooperação entre os dois lados do canal da Mancha. Ao contrário do que se possa intuir, antes do “Brexit”, a Alemanha exportava muito mais para o Reino Unido do que para a China. Scholz recebeu calorosamente Keir Starmer em Berlim, na última semana. O Governo alemão já disse que quer transformar a proposta de Londres para um “pacto de segurança” entre o Reino Unido e a União Europeia num acordo mais vasto, incluindo quase tudo, desde as regras agrícolas ao Erasmus. O embaixador alemão em Londres chamou-lhe um “acordo de segurança e cooperação”, incluindo as inúmeras áreas de interesse comum. Starmer já se encontrou com Olaf Scholz três vezes desde que chegou a Downing Street.

4. Mas as consequências desta crise de identidade alemã na própria União Europeia são visíveis. A Alemanha está no centro da integração europeia e desempenhou quase sempre papel de liderança no seu processo de consolidação e desenvolvimento, mesmo que em estreita cooperação com a França. A crise de identidade que está a viver volta-a para dentro de si própria. O esforço de entendimento com Paris praticamente não existe, deixando a Europa sem o seu motor tradicional. Ainda não encontrou um novo

desiderato para o que quer da União neste contexto geopolítico completamente novo. Há divergências entre os partidos da coligação quanto ao futuro. A instabilidade dos seus dois pilares externos e a mudança de paradigma da economia europeia afectam a sua estabilidade interna. Tal como a generalidade dos seus parceiros europeus, não está imune a uma fragmentação política a que não estava habituada. A paralisia política em Berlim contamina Bruxelas. António Vitorino, que foi comissário europeu, costumava dizer que a União podia tomar decisões sem a Alemanha, mas não contra a Alemanha. As coisas mudaram muito desde então, mas o peso de Berlim não desapareceu. Simplesmente, em vez de liderar, pode paralisar.

5. Resta acrescentar que o alargamento e a guerra alteraram os equilíbrios políticos internos à União e deslocaram o seu centro de gravidade um pouco mais para Leste. Hoje, como lembrava a *Economist* recentemente, já não é possível a Paris e a Berlim negociarem propostas fora do Conselho Europeu e esperarem que os outros se limitem a carimbá-las. No mês passado, Scholz e Macron concordaram num documento comum da próxima “agenda estratégica” da União para os próximos cinco anos. As referências à Agenda Verde e às migrações foram consideradas fracas por uma maioria de países. A defesa não merecia a clareza devida. “A forma como reescreveram o documento, imediatamente antes da reunião, gerou a revolta entre os outros líderes, entre os quais Meloni”, prossegue a revista britânica. “Elevaram-se as vozes, apontaram-se dedos e o par retirou-se humilhado. Falharam o mais elementar teste do Conselho Europeu: evitar criar surpresas entre os parceiros.”

Claro que, ao longo da história da integração, a Alemanha foi muitas vezes criticada por querer liderar demasiado ou por falta de liderança. É o que acontece aos países mais poderosos – e a América que o diga. Mas Berlim tinha uma ideia para o futuro da União e, sobretudo, estava quase sempre disponível para pagar um preço de forma a manter o desígnio supremo de uma “Alemanha europeia” (e não uma “Europa alemã”, como dizia o chanceler Kohl), cada vez mais coesa e integrada. Hoje, falta um novo desígnio. A Europa precisa dele.

P.S. Apenas uma palavra para a deslumbrante cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris. Não foi apenas uma *performance* artística riquíssima e imaginativa, que passou a História da França das Luzes e da Revolução. Foi também um poderoso manifesto a favor da diversidade, da igualdade, da fraternidade, da liberdade individual, de universalismo – contra o fechamento, o atavismo, a contra-revolução conservadora que hoje mancham o espírito europeu da abertura e da inclusão. Não admira que as primeiras vozes críticas se tenham ouvido em Moscovo ou vindo dos partidos de extrema-direita europeus, como a AfD alemã. *Vive la France*.

Jornalista. Escreve ao domingo

Habitação: grupo de peritos criado pela PGR alerta para risco de fraudes no PRR

Grupo que acompanha execução do PRR recomenda reforço do controlo das candidaturas. Regras foram aligeiradas para colmatar falta de recursos humanos

Maria Lopes

A alteração dos procedimentos das candidaturas a fundos do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência na área da habitação, que passou a permitir a aprovação tácita das candidaturas e um pagamento antes da análise do processo, causou grande preocupação no grupo de peritos que acompanha a execução do plano de ajuda por verem aqui uma situação que potencia o risco de fraudes e irregularidades.

De tal modo que o *think tank* elaborou uma recomendação à Estrutura de Missão Recuperar Portugal para que considere “reforçar o controlo das operações apoiadas pelo PRR” que sejam aprovadas ao abrigo das novas regras que entraram em vigor no início de Junho. Porque, argumenta, o adiamento de verbas “com base em decisões de aprovação tácitas e prévias à própria análise das candidaturas potencia o risco de ocorrências susceptíveis de configurarem irregularidades e fraudes já depois de feitas disposições patrimoniais”, lê-se na recomendação que enviou há dias à estrutura de missão e ao Ministério das Infra-Estruturas e Habitação.

Este grupo de reflexão multidisciplinar foi criado em 2020 pela PGR para antecipar estratégias de prevenção e combate a fraudes no processo dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Coordenado pela procuradora-geral adjunta Ana Carla Almeida, estão representados no *think tank*, além

do DCIAP, as procuradorias regionais de Coimbra, Porto, Évora e Lisboa, e também o Banco de Portugal, Banco de Fomento, Tribunal de Contas, Inspeção-Geral de Finanças, TIAC – Transparência e Integridade, OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude, IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, Nova SBE, Iscte, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Ordem dos Revisores de Contas e Polícia Judiciária.

No início de Maio, o Governo anunciou, no âmbito do seu pacote para a habitação, a criação de um mecanismo denominado termo de responsabilidade que seria assinado com as autarquias com o objectivo de acelerar projectos que estas candidatarão ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e que estavam “completamente parados” para aprovação no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). As autarquias passam assim a ter um papel central no desenvolvimento e aplicação da estratégia para resolver o problema da falta de habitação, dispensando-se assim a autorização e a análise prévia por parte do IHRU.

O presidente de câmara assume a responsabilidade de que o projecto que é apresentado está completamente conforme as regras das cartas municipais da habitação, e que será executado seguindo escrupulosamente o planeado. Muitos autarcas vieram criticar a estratégia recusando arcar com essa responsabilidade e a presidente da ANMP – Associação

Nacional de Municípios, em entrevista ao PÚBLICO, chegou a defender que os autarcas não podem assumir, pessoalmente, estas responsabilidades, e questionou quem assumirá a responsabilidade se houver falhas no processo, alegando que não poderão ser os autarcas.

Questionado pelo PÚBLICO sobre se e como tenciona aplicar a recomendação do *think tank*, o gabinete do ministro das Infra-Estruturas e Habitação não subscreve as preocupações apontadas e alega que o Termo de Responsabilidade e Aceitação (TRA) “não consubstancia aprovação tácita ou prévia à análise da candidatura”. “Pelo contrário, a apreciação e análise da candidatura pelo IHRU segue o seu caminho até decisão final (seja esta de aprovação ou rejeição)”, acrescenta. Ou seja, Miguel Pinto Luz não considera que o primeiro ok dos serviços, mesmo antes de qualquer análise do processo (que permite aos beneficiários receberem uma parte do dinheiro envolvido no projecto), seja indício

Programa de apoio à habitação financiado pelo PRR prevê a conclusão de obras e entrega de 26 mil fogos até 2026

Procuradora Ana Carla Almeida alerta que não há recursos humanos suficientes para processos céleres

Ministro das Infra-Estruturas, Miguel Pinto Luz, diz não ver riscos acrescidos de irregularidades

de que há certeza de uma aprovação ou que seja desde logo uma espécie de aprovação tácita, já que, mesmo depois dessa primeira aceitação, a decisão final do IHRU pode ser positiva ou negativa.

“Não vislumbramos qualquer risco de ocorrências susceptíveis de irregularidades ou fraudes nas candidaturas que acresçam pela subscrição do TRA, com vista à libertação da primeira *tranche*”, defende o ministério de Miguel Pinto Luz. Que sustenta que o termo de responsabilidade “acautela na sua redacção que a entidade se compromete a dirimir e a esclarecer quaisquer questões relativas aos requisitos, condições de acesso e de elegibilidade da candidatura que venham a ser colocadas pelo IHRU”.

Para isso, há um prazo de dez dias úteis até ao pedido do primeiro desembolso (ou seja, da segunda *tranche*) “sob pena de caducidade da candidatura, do não-desembolso do montante do financiamento previsto ou da ordem de devolução, por parte do município, da verba





DANIEL ROCHA

da-se que, em Junho, uma portaria veio substituir o projecto de resolução de 2021, alterando a ordem dos procedimentos de apresentação, análise e aprovação de candidaturas pelo IHRU: agora, a análise das candidaturas “ocorrerá em momento posterior ao da aprovação das candidaturas”.

O que leva o *think tank* a dizer que esta revisão da portaria “não se limita a alterar o modelo e os elementos essenciais para efeitos de instrução das candidaturas (...) mas institui uma alteração substancial às regras”, que leva a que a análise seja feita depois de haver obras aprovadas.

No relatório que publicou esta semana, a comissão nacional de acompanhamento (CNA) do PRR faz uma apreciação “preocupante” dos programas de acesso à habitação e do parque público a custos acessíveis. No primeiro caso, a CNA realça que a situação é complicada devido à “complexidade de cada projecto e à quantidade de projectos a executar num curto espaço de tempo”. E recomenda que sejam tornados públicos os “dados referentes aos projectos aprovados, respectivos financiamentos, bem como os fogos entregues”.

Também pede que seja avaliado “o grau de maturidade de cada projecto, de forma que aqueles em que manifestamente se torne inverosímil a conclusão dentro do prazo estabelecido no PRR possam ser substituídos por outros que permitam alcançar a meta definida”. E repete o alerta do relatório do ano passado para que comecem a ser avaliadas as “estratégias de sustentabilidade e continuidade da manutenção dos imóveis no futuro que, sendo uma necessidade actual, se podem transformar numa subsidiação contínua deste parque público”.

A meta do programa de apoio ao acesso à habitação é de 26 mil fogos terminados e entregues às famílias até Março de 2026 com metas intermédias de 1500 em Setembro de 2023 e 10.000 em Março do próximo ano. Em Março deste ano já havia candidaturas a totalizar mais de 26 mil fogos e a última fase, que terminou no final desse mês, registara três vezes mais candidaturas em dois meses do que em todo o restante período.

Nessa altura, já estavam terminados 2000 fogos e havia a perspectiva de ter todos os projectos avaliados até ao final deste mês de Julho, para o que seria preciso contratar serviços externos.

No início do passado mês de Junho, a avaliação das candidaturas mostrava uma “diversidade de maturidades de projecto e obra”, e havia candidaturas que precisavam “de ser melhoradas” e que tinham “grandes falhas ao nível da sua instrução”.

anteriormente recebida”.

Ainda na passada semana, o Governo assinou mais 18 termos de responsabilidade com vários municípios, maioritariamente da região de Lisboa e Vale do Tejo, para a construção e reabilitação de habitação acessível, no âmbito do PRR. Na altura, Luís Montenegro garantiu que tudo fará para construir o dobro dos fogos previstos no PRR até 2026. Os autos ou termos de responsabilidade assinados agora com as autarquias permitem que a aprovação das candidaturas pendentes no IHRU aconteça enquanto a construção de habitações “já está no terreno”, notou o primeiro-ministro.

Na mesma altura, o Governo aprovou em Conselho de Ministros o reforço de 400 milhões de euros das verbas destinadas à habitação, valor que se junta aos 390 milhões aprovados pelo anterior executivo e aos 1400 milhões de euros, atribuídos pelo PRR, para a construção de 26 mil fogos. O primeiro-ministro salientou que, estando esse financiamento assegurado, “falta execu-

tar estas 26 mil habitações” e “tratar de outras tantas”.

Ao PÚBLICO, a procuradora Ana Carla Almeida, dinamizadora do grupo, admite que o Governo está numa “posição extraordinariamente difícil”, sobretudo à medida que se vai aproximando o prazo para a execução das verbas. “Quanto mais pressionadas estiverem as entidades para a execução, maior a propensão para a fraude e irregularidades, assim como para a má avaliação.”

A magistrada afirma que a estrutura de missão tem candidaturas formalizadas, mas “não tem recursos humanos suficientes para responder rapidamente à burocracia e pôr o processo a andar”. Se algo correr mal, haverá direito à restituição do dinheiro.

“Compreendemos as exigências prementes que o Governo tem para fazer avançar o PRR, mas achámos importante chamar a atenção das instituições de controlo por causa do risco acrescido”, alegou a procuradora.

No texto da recomendação recor-

IL diz que Governo está a “criar país armadilha” com o IRS Jovem

Desemprego nas novas gerações “continua a ser elevado”, salários “continuam a ser baixos”, critica Rui Rocha

O líder da Iniciativa Liberal, Rui Rocha, defendeu ontem que as medidas direccionadas para os jovens “não resolvem os problemas essenciais” e que o Governo, ao acenar com o IRS Jovem, está a “criar um país armadilha” para as novas gerações.

“As últimas medidas, que são de facto direccionadas para os jovens, são medidas que não resolvem os problemas essenciais. Acenar com um IRS Jovem é criar um país armadilha para os jovens”, afirmou. Falando na segunda edição do evento Jovens ao Interior, que decorreu no Peso da Régua, no distrito de Vila Real, Rui Rocha destacou que, apesar de o IRS ser mais baixo para os jovens até aos 35 anos, o desemprego nas novas gerações “continua a ser elevado”, os salários “continuam a ser baixos” e as creches “continuam a faltar”.

A medida do Governo prevê que jovens até aos 35 anos passem a pagar uma taxa de IRS entre 4,4% e 15%, sendo esta a taxa máxima aplicável a quem tenha rendimentos até ao 8.º escalão.

Mas “este país não é para jovens”, contrapõe Rui Rocha, questionando que país pode estar satisfeito quando “um em cada quatro jovens vai estar desempregado”. “A remuneração dos portugueses em geral é insuficiente, mas se olharmos aos jovens é particularmente preocupante”, acrescentou, lamentando ainda a falta de condições para os jovens que querem construir família em Portugal. “Uma das formas mais fáceis de em Portugal se empobrecer é ter filhos”, destacou.

Aos jovens presentes no encontro



“Este país não é para jovens” e não são medidas como a do IRS que vão fazer a diferença, diz Rui Rocha

o líder dos liberais afirmou ser intenção do partido “trazer e incentivar” o crescimento do país, garantindo que não irá abdicar de ter “um Portugal a crescer economicamente”.

Rui Rocha criticou ainda algumas das decisões do Governo liderado por Luís Montenegro, apontando como exemplos o que diz ser “o medo de baixar o IRC” ou de baixar o IVA para o sector da construção, e prevendo que tal “vai correr mal”.
Lusa

PUBLICIDADE



AVISO

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

Na sequência de trabalhos a realizar para reparação de uma avaria na rede municipal de distribuição de água, esta Empresa Municipal será obrigada a interromper o fornecimento de água no período compreendido entre as 9h00 e as 12h00 do dia 29 de julho, afetando o abastecimento aos prédios situados no lado poente da Avenida da República, freguesia de Mafamude, entre a Rua Joaquim Nicolau de Almeida e a Rua Soares dos Reis (prédios com números compreendidos entre o 2106 e o 2470).

De forma a evitar eventuais danos nas instalações ou habitações, deverá V.Exa considerar a instalação predial em carga, assegurando-se que todas as torneiras se encontram fechadas, conforme o preceituado no Regulamento dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Vila Nova de Gaia, não se responsabilizando esta empresa por quaisquer prejuízos decorrentes deste tipo de situação.

O Conselho de Administração apresenta, desde já, as suas desculpas pelo incómodo causado, garantindo, todavia, que os trabalhos serão executados com a máxima celeridade de forma a minorar as dificuldades dos moradores.

Para qualquer esclarecimento queira por favor utilizar o seguinte contacto:
Linha Verde – 800202767

Vila Nova de Gaia, 26 de julho de 2024

O Conselho de Administração

Nesta esquadra dedicada à violência doméstica têm aumentado as queixas de imigrantes e mulheres mais velhas

Uma equipa da Polícia de Segurança Pública especializada em violência doméstica inquiriu testemunhas e vítimas em quase mil participações no ano passado no espaço aberto no Campus de Justiça

Reportagem

Ana Dias Cordeiro Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Mais pessoas idosas estão entre as vítimas; mais mulheres imigrantes dão a cara para apresentar queixa; e um grau maior da violência física caracteriza os episódios que, de forma súbita, passam à agressão. Na esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) especializada em denúncias de violência doméstica, junto ao Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), em Lisboa, aumentou o número de participações em 2023, houve mais vítimas acima dos 64 anos e situações novas e mais graves.

A abertura, em Março de 2020, em plena pandemia, deste espaço de atendimento dedicado às vítimas de violência doméstica – e a outras especialmente vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, migrantes, pessoas LGBTI e outras minorias – levou a que, apenas no ano seguinte, o movimento das entradas e saídas de pessoas e do registo das denúncias reflectisse a

verdadeira dimensão da violência dentro de quatro paredes.

Em 2023, foram recebidas 18 participações por semana em média (939 no total, acima das 871 no ano anterior).

A equipa coordenada pelo chefe da PSP, Ricardo Correia, integra dez polícias – cinco homens e cinco mulheres. Todos repartem as 24 horas do dia e da noite em três turnos, num atendimento sem pausas. Mais vítimas com idades acima dos 64 anos entraram nas estatísticas deste gabinete. Tinham sido 40 em 2021. E passaram a mais do dobro em 2022 (94) e em 2023 foram 88. Já no *Relatório Anual de Segurança Interna* (RASI) consta, pela primeira vez em 2023, o número de vítimas com mais de 64 anos a nível nacional: 4050 (13% do total).

É sobre um desses casos que Manuela Vicente, agente principal da investigação criminal da PSP na área da violência doméstica, começa por falar. Quem apresentou a queixa foram as cuidadoras da idosa, presentes durante o dia. Da inquirição ficou a saber-se que um dos três filhos, toxicodependente, era quem ficava com a mãe durante a noite, e que a maltratava. Uma das cuidadoras foi encontrar a senhora no chão da sala, de manhã,

imobilizada e sem que lhe tivesse sido feita a higiene desde a véspera à noite, relata a agente principal.

Em acções de sensibilização, a PSP alerta para o facto de que no seio da família o crime de violência doméstica não se restringe aos maus tratos físicos ou à negligência grosseira, mas também ao isolamento da pessoa para que não possa pedir ajuda, à proibição do uso do telefone ou do acesso aos cuidados de saúde; há ainda as injúrias, a intimidação por palavras ou insultos, os maus tratos emocionais, verbais, psicológicos e ainda a extorsão ou o controlo do dinheiro da vítima.

“Grau de violência maior”

“No geral, na violência física, as situações têm vindo a ser mais graves. O grau de violência é maior. Vemos pelas marcas que as vítimas nos mostram”, diz Ricardo Correia. “As fotografias demonstram o grau de violência exercido sobre a vítima, por vezes com recurso a instrumentos para a agressão. São casos de uma violência muito repentina, que rapidamente passa de uma discussão verbal ao uso, por exemplo, de uma arma branca.”

Esta é a primeira nota salientada pelo chefe da PSP, que coordena este espaço desde 2021, sobre o

que de novo tem sido registado. Da sua observação recente começam a aparecer denúncias de mulheres imigrantes, e isso também é novo. “Pode ser um sinal de que uma mulher estrangeira começa a perceber os direitos que lhe assistem numa sociedade onde não estava habituada a viver e passa gradualmente a poder chegar ao pé de alguém e dizer o que lhe está a acontecer”, diz Ricardo Correia.

O responsável recorda-se em particular de uma situação, denunciada por vizinhos, em que o marido e pai de três filhos, um investidor estrangeiro com poder económico, se ofereceu para sair de casa, indo morar para uma outra das suas habitações e garantir o sustento da mulher e dos filhos, a estudar em colégios privados, assim que se apercebeu do envolvimento das autoridades, por receio de que um eventual escândalo viesse a prejudicar o seu negócio em Portugal.

Em famílias de migrantes sem posses, em que a pessoa que agride não sai de casa, podem surgir barreiras à urgência de uma resposta, logo à partida, a da língua. “Nestes casos, como noutros, há muita violência física, psicológica, sexual.

Especificamente, haverá um maior isolamento, e casos em que os maridos não deixam as mulheres aprender português”, concretiza Ricardo Correia.

“Mas mesmo não sabendo português, as pessoas podem e devem informar as autoridades. Rapidamente arranjam intérpretes que ajudam na inquirição. Há que desmistificar isso de que a língua é sempre um obstáculo”, continua Ricardo Correia, que vê nesta tendência aquilo que encontra noutros grupos sociais: menos vergonha e uma maior predisposição para a pessoa se apresentar como vítima e denunciar.

Desde a aprovação de uma portaria em 2021, a vítima passou a ser logo inquirida pelo órgão de polícia criminal, no momento da denúncia ou quando é chamada à esquadra após denúncia de outra pessoa. Isto acontece para não ter de vir ao processo mais tarde ser ouvida de novo. Com isso, evita-se que passe por uma revitimização.

Há em Lisboa outros locais de atendimento especializado – Resposta Integrada de Apoio à Vítima (RIAV) – alguns conhecidos por Espaço Júlia, nome de uma mulher de 77 anos assassinada pelo seu companheiro de uma vida inteira.





Ricardo Correia, coordenador do espaço especializado de atendimento às vítimas no Campus de Justiça, em Lisboa



Na violência física, as situações têm vindo a ser mais graves. Vemos pelas marcas que as vítimas trazem

Ricardo Correia
Chefe da PSP



A diferença, diz Ricardo Correia, é este espaço estar tão próximo dos procuradores do DIAP que mais rapidamente podem dar resposta, de acordo com o grau de risco associado a cada caso, requerendo ao juiz de instrução criminal, num curto período de tempo, uma medida de coacção para quem agride. De acordo com o RASI mais recente, 69% das vítimas são mulheres e 79% dos denunciados são homens. Também as estatísticas mais recentes (de 2022), disponíveis no *site* da Direcção-Geral da Política de Justiça, indicam que 95% dos

condenados por violência doméstica são homens. **Apoio psicológico** Além disso, este espaço funciona no mesmo edifício do Gabinete de Informação e Atendimento à Vítima (GIAV), criado em 2011, nascido de um protocolo entre o DIAP Regional de Lisboa e a Egas Moniz Cooperativa de Ensino Superior, sob a coordenação conjunta da procuradora da República Maria Fernanda Alves, e da professora universitária e psicóloga forense Íris Almeida. Os problemas de saúde mental e de comportamentos adictivos estão

na origem de um agravamento da violência doméstica, diz Íris Almeida. “Estamos a conseguir fazer um acompanhamento muito próximo da vítima”, diz Ricardo Correia. “A PSP tem feito uma abordagem multidisciplinar, com o envolvimento do GIAV”, cuja equipa de psicologia forense contribui para estabilizar a vítima antes da inquirição. “Existe a noção de que, se a vítima for bem inquirida no início, não só isso permite criar a empatia com os profissionais da polícia, como haverá maior probabilidade de os meios de prova serem assegurados.”

“O Estado falha”

Em todo o distrito de Lisboa, houve 7577 denúncias de um total nacional de 30.461 participações registadas pela PSP e pela GNR, o equivalente a cerca de mais 1100 ocorrências em relação aos valores antes da pandemia, de acordo com o RASI de 2019. Nas estatísticas nacionais, a violência doméstica foi dirigida a crianças em 964 situações, no ano passado. “Abaixo dos 16 anos, as crianças e jovens não são inquiridos na PSP”, diz Ricardo Correia. Podem falar de forma espontânea, mas a investigação centra-se na recolha de informações junto da escola, do centro de saúde, de algum ATL (actividades de tempos livres), explica. No caso recente de um jovem com uma deficiência, em que a pessoa agressora era a mãe, foi a professora que o ajudou a denunciar a situação, o acompanhou no processo que resultou no acolhimento do jovem numa das quatro associações com estruturas de acolhimento certificadas pela Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (AMCV, APAV, UMAR e FEM). A propósito das novas formas de violência resultantes do uso das novas tecnologias, Íris Almeida relata o caso grave de “uma aluna de 13 anos espancada pelo namorado na escola”. “Entre jovens ou casais homossexuais, por exemplo, surgem situações em que pessoas fazem chantagem com vídeos, em troca da ameaça de que vão contar aos pais do namorado que os dois vivem juntos, porque aqueles não sabem ou não aceitam a relação homossexual do filho”, completa Ricardo Correia. “Isto é bastante nocivo para a vítima.” Num outro caso recente, de um namoro de apenas seis meses, a jovem, de 23 anos, foi aos poucos perdendo a capacidade de manter uma defesa alerta e activa,

passando a aceitar certos comportamentos dele, 11 anos mais velho, no sentido de controlar tudo na sua vida. Quando a jovem saiu de casa, ele tentou estrangulá-la. “Há aceitação da agressão nos casos de namoro que nos chegam”, lamenta a agente principal Manuela Vicente. “Andámos a lutar, a sensibilizar, a levar informação às escolas, e temos uma nova geração que acaba por exercer uma violência gratuita, a aceitar coisas tão simples como o controlo pelo namorado do telemóvel ou da roupa que veste.” As novas formas de violência afectam uma grande variedade de vítimas – consoante a idade, o sexo, o quadro social e familiar –, levando a que o conceito de violência doméstica muito focado na violência na intimidade se estenda a esses novos contextos. É também tendo isso em mente que a Ficha de Avaliação de Risco, criada em 2014 para ajudar as polícias a definir o grau de protecção a garantir à vítima, vai ser revista por uma equipa coordenada por Íris Almeida até ao final do ano (depois de concurso lançado pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna). Um dos propósitos da revisão da ficha é actualizá-la para reflectir a abrangência das situações, adaptando as perguntas e os critérios à situação dos idosos, dos mais jovens, da comunidade LGBT, entre outros, sem descurar as características das vítimas de violência conjugal que continuam a representar a maior proporção dos casos de violência doméstica. “É preciso olhar para as pessoas como doentes, se o problema for a sua saúde mental, e ajudá-las”, diz Ricardo Correia. “São problemas criados pelo desemprego, ou pela crise económica em que filhos tiveram de regressar para casa dos pais, o que voltou a gerar novos conflitos. Temos os toxicod dependentes que voltaram aos seus comportamentos adictivos. Temos idosos que perdem as faculdades mentais e em que os filhos se apoderam dos seus recursos financeiros, às vezes até das casas, aconselhando os pais a voltarem para a terra.” “É essencial perceber que hoje em dia também há muita violência doméstica porque o Estado está a falhar”, conclui o responsável. “A rede social, o apoio social, deixaram de existir. O direito penal está a entrar em áreas só porque o Estado social desapareceu.”

Mais retenções e abandono escolar: “Fenómeno por que estamos a passar é novo”

Entrevista

Patrícia Carvalho

Joaquim Azevedo
Especialista em abandono escolar alerta para a necessidade de se intervir de forma ampla

Depois de uma queda abrupta das taxas de retenção e de abandono escolar durante o ano lectivo de 2019/2020, elas subiram consistentemente nos anos lectivos seguintes. Contas do PÚBLICO, feitas a partir das estatísticas oficiais divulgadas na sexta-feira, apontam para quase cem mil alunos afectados por retenção ou desistência em 2022/2023. E a situação pode continuar a piorar, alerta o ex-secretário de Estado (1992-1993) Joaquim Azevedo, investigador em Educação e professor jubilado da Universidade Católica.

As taxas de retenção ou abandono têm aumentado. Já não estamos a falar de um retorno à normalidade pré-pandemia, mas de um novo fenómeno que nos deve preocupar?

Sim, o fenómeno por que estamos a passar é novo. Tem sobretudo que ver com a onda de impactos das perdas de aprendizagem realizadas durante a pandemia e também a onda de impacto dos problemas mais de carácter

psicológico que afectaram muitas crianças e jovens. É preciso não esquecer que 20% das crianças estão em risco de pobreza em Portugal. Não há milagres. E a outra razão é a imigração, que tem crescido consistentemente e introduz factores muito complexos.

A situação tende a agravar-se?

Parece-me que esta questão da inserção de imigrantes, particularmente em algumas áreas, mas agora de forma até bastante alargada ao país – e que está a ter mais impacto no 1.º ciclo, mas com impactos previsíveis em todos os ciclos –, está a traduzir-se num acréscimo de problemas do ponto de vista da capacidade que as escolas tinham anteriormente de conseguir, quer pedagogicamente quer na sua organização, certos níveis de resultados escolares. E isso sai abalado, de repente, pela entrada de dois, três, quatro alunos oriundos de outros países, onde nem sequer existe o domínio de uma língua mais próxima da nossa cultura, como o inglês. Basta a questão de terem de trabalhar o Português como Língua Não Materna para introduzir factores de perturbação naquilo que era o modelo que estava, apesar de tudo, bastante rotinado e experimentado.

Há uma perturbação no funcionamento desse modelo e isso devia ser objecto de profunda reflexão e análise, porque não só existe, como vai persistir nos



NELSON GARRIDO

“É preciso uma profunda reflexão” e novas respostas

próximos anos e tudo leva a crer que se vai ampliar. Acompanho escolas onde existe uma situação de altíssima preocupação, porque são tantos alunos. Nos arredores do Porto encontro escolas que em quatro, cinco anos passaram a ter 10%, 11% de alunos filhos de imigrantes. É uma situação muito nova e há muita impreparação sobre como se actuar.

As escolas têm repetido que os apoios que existem não chegam. Por onde é que deve ir essa nova forma de fazer escola?

Tem de haver maior flexibilidade na organização dos alunos, porque não há um padrão, um modelo único. Há situações muito diversas, depende dos ciclos e dos contextos. E mais liberdade e autonomia na possibilidade de a escola se organizar para enfrentar

essas situações. É evidente que isso tem de se traduzir em mais recursos, mais horas, para que seja possível trabalhar com grupos mais pequenos de alunos, para que esse Português Língua Não Materna seja verdadeiramente um sucesso.

E vamos ter recursos? As apostas do Governo, como o apelo aos professores reformados, vão funcionar?

Vamos ver, era bom que sim. Vamos ver o que vai resultar desta investida que o ministério decidiu. E, se não resultarem essas, outras terão de ser postas de pé. É um problema que não é português, percorre muitos países na Europa e no mundo. Nós, de facto, temos de dignificar a profissão docente. Durante muitos anos desinvestimos nessa profissão e desvalorizámo-la socialmente, mas ela tem um papel

decisivo e talvez nestes momentos mais críticos se comece a perceber que a educação escolar e os professores têm aqui um papel que tem muito de reparador, de resistir a certas tendências que socialmente se agravam, porque as desigualdades permanecem.

Somos um país que evoluiu muito em termos de acesso à educação, mas em que as desigualdades sociais se mantêm em níveis elevadíssimos. E, portanto, deveriam ser dadas condições à escola. Para ser um país mais equitativo, esse investimento tem de passar sobretudo pela educação. E agora, com os imigrantes, esse investimento tem de ser reforçado, num quadro de autonomia e dignificação da profissão docente. Tenho defendido que devia haver uma reformulação, uma espécie de grande projecto nacional de dignificação da profissão docente e da escola, que fosse de A a Z. Que fosse discutido, suficientemente debatido, e com medidas desde o acesso aos cursos que preparam professores, até à formação inicial, passando por muitos outros mecanismos de entrada na profissão, de prosseguimento na carreira. Há uma espécie de sobressalto que é preciso provocar alguma coisa. Eu percebo as medidas que o Governo tomou, a bondade delas e a expectativa que existe, mas é preciso ir mais longe, fazer esse processo mais vasto, essa reformulação mais vasta da dignificação da profissão docente.

Directora-geral exonerada pelo ministro da Educação

Lusa e PÚBLICO

Em causa está “falta de prestação de informação”. Ex-dirigente contesta. Cargo será ocupado por Maria Luísa Oliveira

A directora-geral da Administração Escolar (DGAE), Susana Castanheira Lopes negou “absolutamente” as acusações que são apresentadas como justificação para a sua exoneração, garantindo: “Os argumentos não se adequam ao meu perfil profissional e ao trabalho que foi desenvolvido ao longo destes anos.”

Em comunicado, é referido que a decisão do ministro Fernando Ale-

xandre assentou na “falta de prestação de informações ou na prestação deficiente das mesmas, quando consideradas essenciais para o cumprimento da política global do Governo”. O MECI não respondeu aos pedidos de esclarecimento adicionais do PÚBLICO.

Em declarações à Rádio Renascença, Susana Castanheira Lopes negou “absolutamente” as acusações que são apresentadas como justificação para a sua exoneração, garantindo: “Os argumentos não se adequam ao meu perfil profissional e ao trabalho que foi desenvolvido ao longo destes anos.”

Há dias, em entrevista ao PÚBLICO,

o ministro da Educação criticara o anterior Governo pela portaria de colocação de professores, publicada já depois das eleições de 10 de Março, e na qual foram acrescentadas seis mil vagas às oito mil pedidas pelas escolas. “A Direcção-Geral da Administração Escolar considerou que as escolas estavam a pedir um número insuficiente de vagas, porque podiam

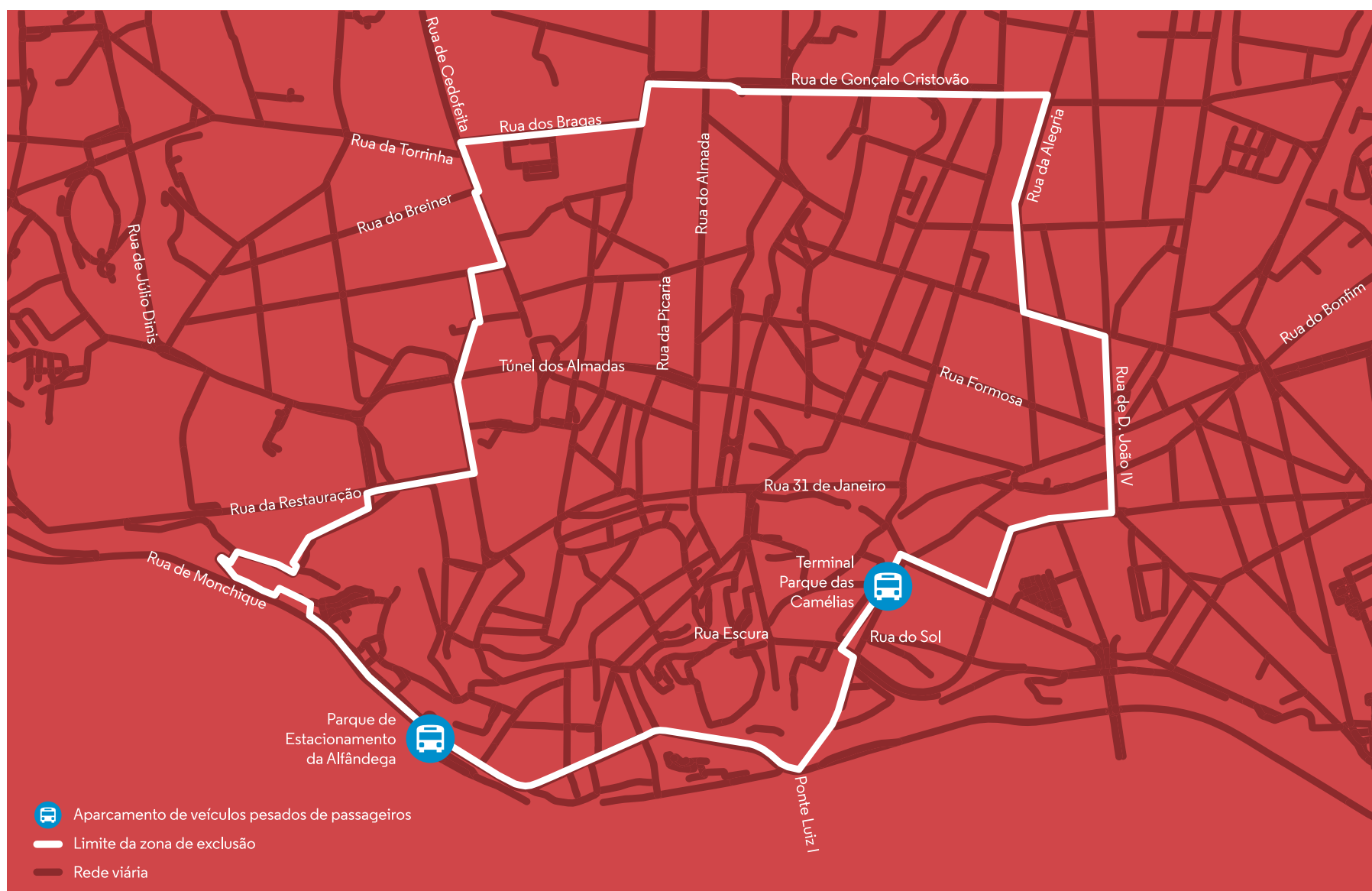


ter muitas aposentações ou [muitos casos de] mobilidade por doença, fez uma avaliação, não temos essa justificação escola a escola, mas identificou em cima dessas oito mil vagas mais seis mil e tal. E o ministro [João Costa] adicionou em cima das 14.700 vagas mais seis mil. E essas seis mil vagas que o Governo anterior adicionou... não temos nenhuma justificação para isso”, explicou.

João Costa reagiu a estas declarações, também ao PÚBLICO, dizendo que o que se fez foi “olhar para aquelas que têm sido as necessidades reais” das escolas ao longo dos últimos três anos, e prever vagas tendo isso em conta.

De acordo com o comunicado do MECI, foi também exonerado, a seu pedido, o vogal do Conselho Directivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, Carlos Oliveira, que era responsável pela gestão do Portal das Matrículas.

O ministério avançou ainda que, a partir de amanhã, o cargo de directora-geral da Administração Escolar será ocupado por Maria Luísa Oliveira, em regime de substituição. A docente de Geografia foi, entre 2004 e 2012, directora do Agrupamento de Escolas Gualdim Pais, em Tomar, e já tinha ocupado o cargo de directora-geral da Administração Escolar entre 2014 e 2018.



Redução da *pressão* de veículos turísticos no Centro Histórico

Com o objetivo de restringir a circulação de veículos turísticos não autorizados no centro da cidade, o Município do Porto vai implementar uma Zona de Restrição (ZR), onde apenas vão poder operar empresas que possuam licenças (tuk-tuk e comboios turísticos). Para circunscrever a ZR, a autarquia vai colocar sinalização em 14 ruas (ver mapa). A limitação à circulação inclui as seguintes zonas: Rua de Gonçalo Cristóvão até ao Túnel da Ribeira; a zona correspondente à Rua dos Braços, Rua de Cedofeita, Rua da Restauração e Rua Bandeirinha, e ainda a área compreendida entre a Rua da Alegria e a Rua de Fernandes Tomás. Aos transportes de serviço ocasional a autarquia indica três locais para a largada de passageiros, nomeadamente o Parque de Estacionamento da Alfândega, o Terminal das Camélias (Batalha), e o Terminal da Asprela, junto à estação de metro do Polo Universitário. A medida quer reduzir a pressão no uso do espaço público do Centro Histórico.



+ info:
www.porto.pt

Porto.

Projecto 2025: o manual de instruções para a segunda presidência de Trump

Plano ultraconservador delineado pelo *think tank* de direita Heritage Foundation estabelece prioridades radicais para uma futura Administração republicana nos Estados Unidos

Paulo Narigão Reis

Quando venceu inesperadamente a eleição presidencial de 2016, Donald Trump chegou à Casa Branca sem um plano, como os quatro caóticos anos seguintes acabaram por demonstrar até à exaustão. Desta vez, o plano existe, mesmo que o novamente candidato a Presidente dos Estados Unidos não o assuma directamente e, aliás, faça os possíveis para dizer que não é nada com ele, dadas algumas das ideias radicais que constam no Projecto 2025 ultraconservador, um verdadeiro e completo manual de instruções para a próxima presidência do Partido Republicano, ao qual não falta um plano de acção para os primeiros 180 dias de governo.

Em mais de 900 páginas, a cartilha elaborada pela Heritage Foundation, o *think tank* de direita que tem moldado as políticas republicanas desde que Ronald Reagan foi eleito pela primeira vez Presidente em 1980, estabelece as prioridades para uma futura Administração republicana, que vão desde o desmantelamento de uma série de pilares do governo dos Estados Unidos até ao endurecimento da política de imigração e à reversão das políticas ambientais, para além de ameaçar várias liberdades que os cidadãos norte-americanos davam, até agora, como garantidas. E que já levaram muitos críticos a fazer inevitáveis comparações com distopias literárias como *1984*, de George Orwell, e, principalmente, com *A História de Uma Serva*, de Margaret Atwood.

É precisamente o ataque aos costumes, delineado com uma base religiosa que coloca “a família como pilar da sociedade americana”, que assusta pelo seu fundamentalismo declarado e sobre o qual têm recaído as maiores críticas. “A família americana está em crise”, lê-se logo na introdução. “Quarenta por cento de todas as crianças nascem de mães solteiras, incluindo mais de 70% das crianças negras. Não há nenhum programa governamental que possa substituir o vazio na alma de uma criança marcada pela ausência de um pai. A falta de pai é uma das principais fontes da pobreza americana, do crime, das doenças mentais, do suicídio de adolescentes, do abuso de substâncias, da rejeição da Igreja e do abandono escolar”, continua.

No que considera um esforço para “salvar” o seu ideal de família nuclear,



Trump durante a recente convenção republicana; o Projecto 2025 prevê ainda mais restrições ao aborto

heterossexual e por casamento, o Projecto 2025 advoga uma ainda maior restrição dos direitos reprodutivos, ao mesmo tempo que propõe dificultar a guarda de crianças e a candidatura a benefícios sociais para as famílias monoparentais, a que junta a introdução da “educação matrimonial” nos programas de planeamento familiar financiados pelo

governo federal.

O direito ao aborto, que já sofreu um revés histórico em 2022 com a reversão da decisão do caso *Roe vs Wade*, é um alvo natural do Projecto 2025, que defende o aumento substancial da vigilância a nível nacional. Actualmente, os departamentos de saúde estaduais comunicam dados sobre o aborto ao CDC (a agência de saúde pública do governo dos EUA) numa base voluntária. O plano do Projecto 2025 tornaria obrigatória a comunicação de dados sobre o aborto de forma muito mais pormenorizada, no que os autores apontam

como uma medida para abolir o que apelidam de “turismo do aborto”.

“Uma vez que os estados liberais se tornaram santuários para o turismo do aborto, o HHS [sigla para o Departamento de Serviços de Saúde Humana dos EUA] deve utilizar todos os instrumentos disponíveis, incluindo o corte de fundos, para garantir que cada estado comunique exactamente quantos abortos se realizam dentro das suas fronteiras, em que idade gestacional da criança, por que razão, o estado de residência da mãe e por que método”, afirma o documento.

A isto se junta a proibição, a nível federal, da venda das pílulas abortivas Mifepristona e Misopristol – dois medicamentos utilizados com segurança e que foram aprovados há mais de 20 anos – com a seguinte justificação: “As pílulas abortivas representam a maior ameaça para as crianças por nascer.”

“Se for executado, o Projecto 2025 será mais um ataque de Donald Trump à liberdade reprodutiva”, afirmou a vice-presidente e candidata à presidência pelo Partido Democrata, Kamala Harris, num discurso recente.

Controlo político

O Projecto 2025 descreve ainda, em pormenor, como uma segunda Admi-

nistração Trump tomaria conta do governo, através do aumento, sem precedentes, do poder executivo do Presidente e do despedimento e substituição de milhares de funcionários públicos por outros completamente alinhados ideologicamente com a Casa Branca.

Na revolução que prometem fazer contra o “*deep state*”, a que o Partido Republicano alude recorrentemente desde que passou a ser dominado por Donald Trump, os autores do Projecto 2025 defendem a dissolução de várias instituições federais, como o Departamento de Educação – as políticas educativas passariam a ser responsabilidade dos estados e de comités de pais – e a reorganização total da burocracia federal, incluindo entidades independentes como o Departamento de Justiça, que seriam colocadas sob controlo presidencial directo, uma ideia controversa no meio conservador conhecida como a “teoria executiva unitária”.

“Quem mais purgou a administração pública?”, questionava, na rede social X, o jornalista e escritor Daniel Miller. “Orbán, Erdogan, Chávez, Milosevic, Khomeini, Pinochet. E houve também um tipo na Alemanha em 1933 que o fez meses depois de tomar o poder”, acrescentou.

Dada a exposição pública do Projecto 2025 e as críticas que tem gerado, Donald Trump tem tentado afastar-se do plano, remetendo para o seu próprio programa, a Agenda 47, assim chamada porque, em caso de vitória, o candidato republicano tornar-se-ia no 47.º Presidente dos EUA.

“Não sei nada sobre o Projecto 2025”, escreveu Trump na sua plataforma *online*, a Truth Social. “Não faço ideia de quem está por detrás dele. Não concordo com algumas das coisas que estão a dizer e algumas das coisas que estão a dizer são absolutamente ridículas e terríveis.”

Mas a verdade é que a equipa que criou o projecto está repleta de antigos conselheiros de Trump, incluindo Paul Dans, que foi chefe de gabinete no Gabinete de Gestão de Pessoal enquanto Trump era Presidente, assim como Stephen Miller, o assessor de Trump que arquitetou a sua política de imigração.

O próprio presidente da Heritage Foundation, Kevin Roberts, reconheceu que existe uma “enorme sobreposição” entre a Agenda 47 do Partido Republicano e o Projecto 2025.

Depois da eleição de Novembro

Trump diz a apoiantes que não terão de voltar a votar

Donald Trump voltou a fazer soar os alarmes sobre as suas intenções, caso vença as eleições de Novembro depois de ter dito a uma multidão de apoiantes que “não terão de voltar a votar”, se o fizerem regressar à presidência dos Estados Unidos.

“Daqui a quatro anos, não terão de votar novamente. Vamos ter tudo tão bem arranjado que não vão ter de votar”, disse Trump na sexta-feira a uma plateia de apoiantes cristãos na Florida.

Não ficou claro o que o ex-Presidente quis dizer com os seus comentários, numa campanha eleitoral em que os seus opositores do Partido Democrata o acusam de ser uma ameaça à democracia, e após a sua tentativa de reverter a derrota em 2020 para o Presidente Joe Biden, um esforço que levou à insurreição no Capitólio dos EUA em 6 de Janeiro de 2021.

Num evento organizado pelo grupo conservador Turning Point Action em West Palm Beach, no estado da

Florida, Trump divagou durante um discurso pouco coerente. “Cristãos, saiam e votem, só desta vez. Não terão de o fazer mais. Mais quatro anos, sabem que mais, vai ser arranjado, vai ficar tudo bem, não vão ter de votar mais, meus lindos cristãos.”

“Adoro-vos, cristãos. Eu sou cristão. Adoro-vos, saiam, têm de sair e votar. Daqui a quatro anos, não terão de votar outra vez, vamos arranjar isto tão bem que não terão de votar”, repetiu Trump, que contou com o apoio leal dos cristãos evangélicos nas duas últimas eleições.

Numa entrevista à Fox News em Dezembro, Trump disse que, se ganhasse as eleições de 5 de Novembro, seria um ditador, mas apenas no “primeiro dia”, para fechar a fronteira Sul com o México e expandir a exploração de petróleo.

Se Trump ganhar um segundo mandato na Casa Branca, só poderá cumprir mais quatro anos como Presidente. De acordo com a Constitui-



Trump discursou perante uma plateia de cristãos evangélicos

ção dos Estados Unidos, os presidentes dos EUA estão limitados a dois mandatos, consecutivos ou não.

Em Maio, durante um discurso numa reunião da organização pró-armas National Rifle Association, Trump gracejou sobre a possibilidade

de exercer mais de dois mandatos como Presidente.

Na altura, referiu-se à presidência de Franklin D. Roosevelt, um democrata, o único Presidente a cumprir mais de dois mandatos. O limite de dois mandatos foi acrescentado após

a presidência de Roosevelt.

“Sabem, F.D.R., 16 anos – quase 16 anos –, ele teve quatro mandatos. Não sei, será que vamos considerar três mandatos? Ou dois mandatos?”, perguntou Trump à plateia da NRA.

A corrida à Casa Branca tornou-se abruptamente mais competitiva após a decisão de Biden de pôr fim à sua candidatura à reeleição e com a sua vice-presidente, Kamala Harris, a tornar-se a presumível candidata democrata.

As recentes sondagens de opinião mostram que a vantagem significativa de Trump sobre Biden foi em grande parte apagada desde que Harris se assumiu como candidata.

Jason Singer, porta-voz da campanha de Kamala Harris, não abordou directamente, numa declaração, as observações de Trump sobre os cristãos não terem de votar novamente, descrevendo o discurso do candidato do Partido Republicano como “bizarro” e “retrógrado”. **Reuters**

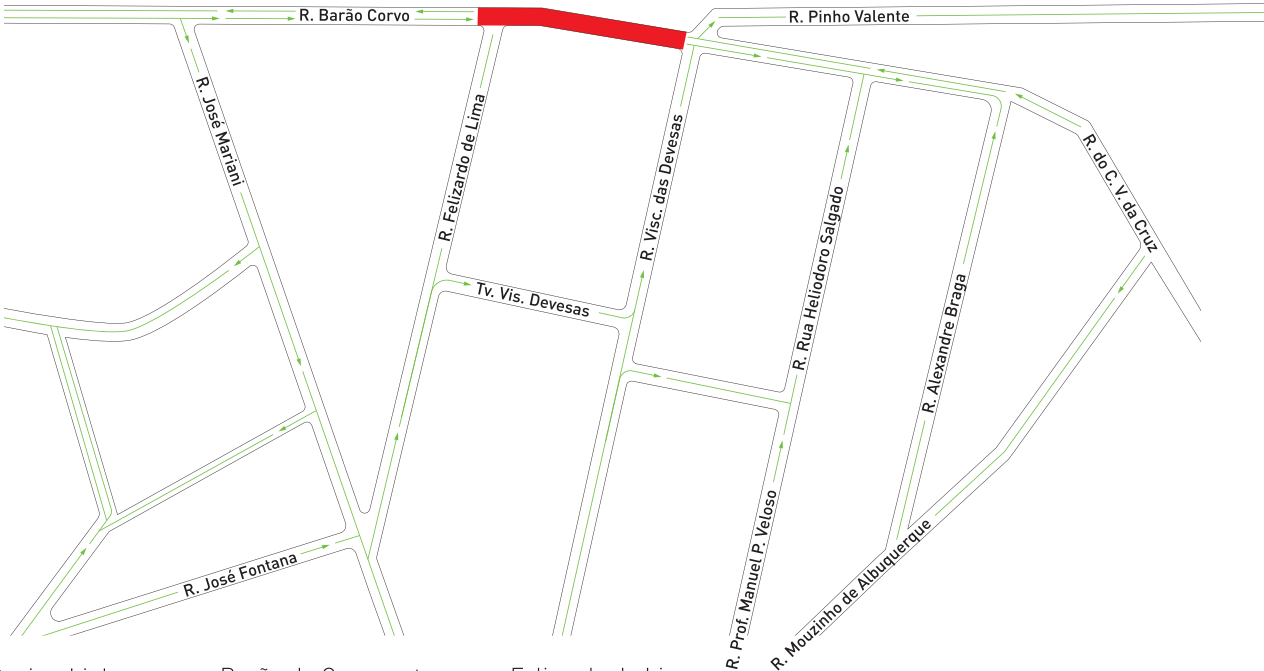


Linha Rubi

Devesas desvio de trânsito

Rua Barão Corvo e Rua Felizardo Lima

a partir de 29 de julho



A Metro do Porto já está a construir a Linha Rubi (H), que vai ligar a Casa da Música a Santo Ovídio.

A partir de 29 de julho e durante o período de construção da nova estação de Metro e Ferroviária, a circulação rodoviária na rua

Barão do Corvo entre a rua Felizardo de Lima e rua Visconde das Devesas será interrompida. Os acessos às habitações, garagens e estabelecimentos serão sempre garantidos.

Consulte a sinalização instalada no local e circule com precaução.

Pior ataque do Hezbollah mata onze crianças e adolescentes israelitas nos Montes Golã

Sofia Lorena

Partidos da oposição em Israel exigem ao Governo de Netanyahu uma “resposta eficaz” contra o grupo xiita libanês

Não se trata apenas da maior operação do Hezbollah desde o início da guerra: é o pior ataque contra civis israelitas desde os atentados do Hamas, a 7 de Outubro. *Rockets* que Israel diz terem sido lançados pelo grupo xiita libanês mataram 11 crianças e adolescentes, entre os dez e os 20 anos, durante um jogo de futebol na localidade drusa de Majdal Shams, nos Montes Golã ocupados.

O Hezbollah desmentiu qualquer ligação ao ataque, mas, segundo a imprensa israelita, tinha anunciado antes que disparara vários *rockets* contra uma base das Forças de Defesa de Israel (IDF) na mesma zona.

Entre os partidos israelitas, somam-se apelos a uma grande ofensiva contra o Hezbollah – vindos da extrema-direita, que apoia o Governo; do Likud, de Benjamin Netanyahu; mas também da oposição. “Já disse antes, e vou reiterá-lo – o executivo receberá um amplo

apoio a qualquer resposta determinada e eficaz que restabeleça a segurança dos cidadãos do Norte”, reagiu na rede X Benny Gantz, um dos principais rivais de Netanyahu.

Em declarações ao diário *The Times of Israel*, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Israel Katz, afirmou que o Hezbollah “ultrapassou todas as linhas vermelhas”. “Nós responderemos em conformidade”, garantiu.

Com o primeiro-ministro de regresso dos EUA (antecipou a viagem, mas foi acusado de não o ter feito de imediato, só em reacção às primeiras críticas), comandantes militares e responsáveis das agências de segurança apresentaram ao ministro da Defesa, Yoav Gallant, as “opções de acção contra o Hezbollah”. Segundo o ministério, “determinou os cursos de acção e deu instruções” nesse sentido.

“Hoje, os terroristas do Hezbollah atacaram e assassinaram brutalmente crianças, cujo único crime foi terem saído para jogar futebol. Não regressaram”, afirmou o Presidente israelita, Isaac Herzog, descrevendo o ataque como “desolador”.

O “mundo não pode continuar a ficar em silêncio perante os ataques terroristas de [Hassan] Nasrallah [líder do Hezbollah], que vêm a

mando do império do mal no Irão”, disse ainda, prometendo que “o Estado de Israel defenderá com firmeza os seus cidadãos e a sua soberania”.

Desde Outubro que o Hezbollah ataca diariamente Israel, com as IDF a fazerem o mesmo no Sul do Líbano: há mortos dos dois lados e no Líbano tem havido vítimas civis, mais raras do lado israelita da fronteira, já que dezenas de milhares de pessoas que ali vivem se encontram deslocadas. O Governo israelita ordenou também vários ataques

que mataram dirigentes do Hezbollah e do Hamas no Líbano, incluindo em Beirute.

Dezenas de mortos em Gaza

Mas este ataque, que deixou ainda mais de 20 feridos, representa uma escalada sem precedentes da milícia xiita, aliada do Hamas e parte do chamado “eixo de resistência” promovido pelo Irão. E fez disparar de imediato os receios de uma guerra regional ainda mais alargada, numa altura em que os Estados Unidos voltavam a pressionar Netanyahu

para chegar a acordo com o Hamas na Faixa de Gaza.

No enclave palestino, as IDF continuam a fazer dezenas de mortos por dia. Israel lançou ontem uma série de raids aéreos no centro e Sul, matando pelo menos 50 pessoas e ferindo 200: no pior destes ataques, 30 pessoas morreram quando três bombas atingiram a escola Khadija, na cidade de Deir al-Balah, onde milhares tinham encontrado abrigo.

Muitos dos cerca de 100 feridos da escola foram levados para o Hospital de Al-Aqsa, onde, “num instante, o cenário passou de calmo a muito caótico”: “A situação é absolutamente terrível; todos os que se encontram no hospital sofreram ferimentos graves. Estão a receber tratamento no chão, em todo o lado”, relatou Tareq Abu Azzoum, correspondente da Al-Jazeera.

Ontem, os ataques concentraram-se no centro de Gaza, onde na última semana chegaram milhares de famílias em fuga de mais violência, depois de ordens de evacuação israelita em partes das cidades de Khan Younis e de Rafah, no Sul. Segundo a ONU, mais de 180 mil palestinianos fugiram em apenas quatro dias dos bombardeamentos na área de Khan Younis.



Pelo menos 30 pessoas morreram numa escola no centro de Gaza

Puigdemont vai tentar impedir um governo catalão socialista

Sofia Lorena

Face às próximas semanas, que descreve como “decisivas” e “críticas” para a Catalunha, Carles Puigdemont reafirma o seu compromisso de regressar. “A minha obrigação é estar no Parlamento, se houver debate de investidura. Vou estar lá”, prometeu ontem num discurso perante 1500 aliados e apoiantes em Amélie-les-Bains, no Sul de França, a meras duas horas de carro de Barcelona.

“Prometi fazê-lo e fá-lo-ei, ninguém me poderá impedir”, insistiu. “Não haverá mais campanhas eleitorais no exílio. O exílio tem de acabar.”

O debate em que um candidato a presidir à Generalitat (governo catalão) vai apresentar o seu programa e pedir o apoio dos deputados está previsto para a segunda semana de Agosto. Para além da data, o que mais pressiona Puigdemont é a vontade de impedir um pacto entre o Partido Socialista Catalão (PSC), de Salvador

Illa, e a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC), que permita a Illa chegar à presidência.

Quando anunciou que seria o candidato do Junts nas eleições de Maio, o ex-presidente comprometeu-se a estar de regresso para o debate de investidura – sete anos depois de ter sido deposto pelo Governo espanhol então, liderado pelo PP, e de ter fugido para a Bélgica para evitar a prisão e o julgamento.

Claro que o *president* deposto esperava que o escrutínio fizesse dele o mais bem posicionado para voltar ao poder. Em vez disso, venceram os socialistas e o seu Junts ficou em segundo. Ainda assim, insiste que tem “opções para se apresentar à investidura” e reunir “uma maioria coerente, não absoluta, e mais ampla do que aquela que o candidato socialista pode somar”.

Na verdade, o líder que ainda é tratado dentro do seu partido como “presidente legítimo”, só poderia ser

investido com a abstenção dos deputados socialistas, um cenário que estes não admitem.

Incoerente é, na sua opinião, uma aliança entre o PSC e a ERC. Os republicanos que se aliaram à direita nacionalista quando sonharam que a Catalunha poderia ser um país, sofreram uma *débauche* e passaram de primeira para terceira força. Entre revoltas internas, aceitaram negociar com o PSC, mas fazem depender um eventual apoio a Illa de um novo pacto de financiamento, que incluía a soberania fiscal da Catalunha.

Apesar da complexidade da tarefa – com o PSOE a ter de equilibrar as exigências dos catalães e as muitas

reticências de socialistas de outras regiões –, a verdade é que as conversações estão a avançar.

PSC “espanholista”

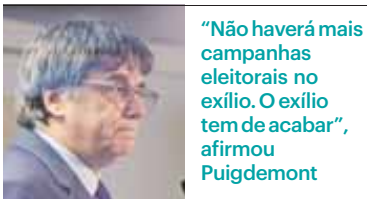
No evento em que se comemorava os quatro anos da fundação do Junts, Puigdemont sublinhou o risco real de um governo catalão presidido pela versão mais espanholista do PSC, que, defende, é a versão personificada por Illa. O regresso, escreveu no diário *El País* o jornalista Jesús García Bueno, “é o seu maior trunfo para travar o pacto entre ERC e PSC”.

Aconteceram mais coisas desde que Puigdemont prometeu voltar. Na altura, a lei que amnistia todos crimes relacionados com o referendo ilegal sobre a independência da região autónoma estava prestes a ser aprovada. Agora, já entrou e vigor. Só que, entretanto, o Supremo Tribunal considerou que os crimes de desvio de fundos de que é acusado não estão abrangidos pela lei negociada entre Pedro

Sánchez e os partidos soberanistas. E a ordem de detenção em seu nome continua válida.

Detê-lo, no regresso, seria “ilegal e arbitrário”, pelo que constituiria um “golpe de Estado” dos juizes, afirmou em França. A lei da amnistia prevê que as ordens de detenção sejam suspensas e assim continuem durante eventuais recursos. O problema é que isso só vale se um tribunal estiver a deliberar sobre a aplicação da lei – no seu caso, a aplicação foi simplesmente recusada pelo juiz de instrução.

Agradecendo as manifestações de preocupação, Puigdemont disse que este não é o momento para “lamentar ou chorar”; o importante, pediu, é ter energia e “capacidade de resposta” ante uma eventual detenção. Ficou por dizer que resposta será essa, assim como o dia do regresso, depois de se ter especulado que poderia ter acontecido precisamente ontem, aproveitando a presença de muitos apoiantes.



GRANDE PROMOÇÃO DE VERÃO

VENDA EM EXCLUSIVO SÓ NESTAS DATAS :



segunda-feira
29
julho
10h – 20h

terça-feira
30
julho
10h – 20h

quarta-feira
31
julho
10h – 20h

quinta-feira
1
agosto
10h – 20h

sexta-feira
2
agosto
10h – 20h

sábado
3
agosto
10h – 20h

TUDO A
80%*
DE DESCONTO!

COMO NO VERÃO É SEMPRE DIFÍCIL PAGAR DESPESAS DECIDIMOS ESTE ANO PELA PRIMEIRA VEZ VENDER EXCLUSIVAMENTE NESTAS 6 DATAS TODO O NOSSO STOCK DE QUASE 2000 TAPETES DE TODOS OS ESTILOS, CORES E MEDIDAS! TUDO SERÁ VENDIDO COM 80 %* DE DESCONTO!!



* menos os seguintes tapetes: Isfahan lã fina com seda sobre seda assinado 240cm x 160cm (nr. A-10429); Ghom Design seda por seda sobre seda 320cm x 245cm (nr. 250034/56/9885); Ghom Design seda por seda sobre seda 277cm x 186cm (nr. 296161/318/12255)



EXCLUSIVO
6 DIAS!!!



MEDIDAS APROXIMADAS DISPONÍVEIS:

- | | |
|-------------|-------------|
| 90 x 60cm | 370 x 270cm |
| 120 x 80cm | 400 x 300cm |
| 150 x 100cm | 500 x 300cm |
| 180 x 120cm | 600 x 400cm |
| 200 x 150cm | 200 x 80cm |
| 240 x 170cm | 250 x 80cm |
| 250 x 200cm | 300 x 80cm |
| 270 x 180cm | 350 x 80cm |
| 300 x 200cm | 400 x 80cm |
| 300 x 250cm | 500 x 80cm |
| 350 x 250cm | |

GALERIA IMPERIAL

SHOPPING CENTER BRASÍLIA • Praça Mouzinho de Albuquerque 113 - 4100-359 Porto - Piso 0 - Lojas 401 e 407
Tlf.: 223 220 852 - Tlm.: 910 805 752 - Email: galeria.imperial@outlook.pt - Parque gratuito até 2h*
(Chamada para a rede fixa nacional) (Chamada para a rede móvel nacional) * ao comprar

Oito anos depois, Ferrovia 2020 ainda não chegou a meio do percurso

Projectos incompletos, prazos “políticos” para as obras, concursos públicos mal concebidos, litigância dos empreiteiros – há muitas explicações para os atrasos nas obras ferroviárias

Carlos Cipriano

Lançado em 2016, o Ferrovia 2020 ainda nem vai a meio. As obras atrasaram-se de uma forma absurda, os custos dispararam, e “descontrolo” é a palavra certa para caracterizar um programa de investimentos que não vê a luz ao fundo do túnel, que já perdeu fundos comunitários e que se viu obrigado a transitar projectos para o Programa Nacional de Investimentos (PNI2030), o qual, por sua vez, também está atrasado.

Um dos casos mais recentes é o da Linha da Beira Alta, que deveria ter fechado temporariamente por nove meses entre Abril e Dezembro de 2022 e que continua ainda em obras sem se saber se reabre no fim deste ano. Outro é a Linha do Oeste, fechada entre Meleças e Torres Vedras por um período de quatro meses, mas que, sem surpresa, se prolongará por mais cinco. O que tem acontecido? Porque não há um sobressalto cívico e político perante o fracasso do Ferrovia 2020? O PÚBLICO foi à procura de respostas.

Estudos prévios e anteprojectos “simplificados”

Fernando Nunes da Silva, presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes (Adfersit), explica a sucessão de atrasos pelo facto de a IP – Infra-Estruturas de Portugal ter deixado de fazer concursos com projecto de execução, para se limitar a lançar concursos com base em estudos prévios. “Alguns desses estudos nem sequer têm análises geotécnicas. São anteprojectos simplificados, sujeitos a muitos imponderáveis, que, depois, na fase da construção, acabam por se traduzir em imprevistos que se tornam exponenciais.”

Exemplo disso são os “imprevistos” nos túneis da Beira Alta e agora no do túnel da Sapataria na Linha do Oeste. “Este é um caso flagrante da ausência de projecto de execução. Lançaram

o concurso a pensar que era fácil escavar o túnel sem um estudo geotécnico sólido e agora o projecto ficou mais caro e demora mais tempo.”

O também professor no Instituto Superior Técnico diz que, “no meio disto tudo, são rejeitadas propostas de correcção de traçado, de pendentos e de curvas, tudo na base de que os prazos eram muito curtos para isso, mas acabando depois por se demorar mais tempo e sem se fazer uma modernização a sério”.

Foi o caso da Beira Alta, onde a IP foi alertada por um conjunto de técnicos experientes, hoje ligados à Adfersit, para que deviam ser feitos “desvios activos” (variantes) para neles passarem os comboios enquanto decorriam obras em zonas mais complicadas, mas que a empresa rejeitou. Nunes da Silva diz que esses “desvios activos” poderiam ser provisórios ou ficar definitivos, aumentando a capacidade e a fiabilidade da linha, mas que a solução da IP não os teve em conta e o resultado está à vista: uma obra para nove meses arrasta-se há dois anos e nem no fim deste ano deverá estar concluída.

O presidente da Adfersit defende que “a administração da IP, pressionada pelos calendários políticos, sacrifica uma sólida preparação dos concursos com base em projectos de execução devidamente revistos, para poder lançar os concursos e fazer constar que as coisas estão a andar”.

“Projectar do 8 aos 80 a preços de 8”

José Rocha Almeida, presidente da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC), também diz: “Os prazos iniciais das obras são divulgados com base em critérios totalmente políticos, normalmente sem a intervenção de engenheiros e, por isso, com excesso de optimismo. Ora, as obras ferroviárias são muito complexas, bastante extensas, com interferências ambientais significativas e com especialidades muito específicas, pelo que, nos projectos que estão ago-

ra em vias de conclusão, sofremos de uma aprendizagem na gestão destas empreitadas, pois há muitos anos que não se faziam investimentos significativos em ferrovias.”

O dirigente associativo argumenta que a IP já reconheceu que teve de fazer melhorias nos cadernos de encargos iniciais, pois estes previam que “os projectistas tivessem de projectar do 8 aos 80 a preços de 8”. Trata-se, diz, de “cadernos de encargos leoninos que procuram meter o ‘Rossio na Rua da Betesga’, resultam em enormes conflitos e não são ‘fair’ [justos] para os fornecedores”.

2016

Ano de lançamento do Ferrovia 2020, o maior programa de investimento ferroviário em décadas, mas com sucessivos atrasos

José Rocha Almeida reconhece que, devido ao desinvestimento na ferrovia nas últimas décadas e à aposta na rodovia, “se verificou em Portugal uma grande escassez de especialistas e muitos projectistas tiveram de se associar a projectistas espanhóis”. “Nem sempre”, acrescenta, “essa associação correu bem, porque a cultura de projecto ferroviária espanhola é bastante diferente da portuguesa, especialmente no que diz respeito às especialidades de via e catenária, onde ocorreram choques importantes entre estas culturas”.

Outro aspecto que provoca atrasos, acrescenta, são os acordos de trabalhos suplementares durante as obras devido a situações imprevistas. É o caso de expropriações, abate de árvores, ausência de depósitos de terras sobranes, trabalhos geotécnicos. “Estas negociações de imprevistos arrastam-se demasiado e os empreiteiros, como arma de negociação, param ou quase param os trabalhos, o que, estando estes no caminho crítico de todos os restan-



FOTOGRAFIAS: ADRIANO MIRANDA



tes, ou mesmo de outras empreitadas, fazem com que as obras se iniciem já com atraso.”

Prazos impossíveis e a imposição do realismo

José Maria André, professor no Instituto Superior Técnico (IST), diz que “em obras feitas em infra-estruturas antigas não se recolheu a informação geotécnica necessária, resultando em sucessivas surpresas”. Isso pode responder ao que a IP diz serem “problemas não identificáveis” que foram atribuídos recentemente para justificar a continuação do encerramento do túnel da Sapataria.

“Mais recentemente, tenho ouvido queixas dos empreiteiros relativamente à burocracia e a alguns procedimentos. Por exemplo, antes era possível trabalhar nalgumas linhas em VUP [via única permanente] e agora só podem trabalhar à noite.” Isto significa que antes dispunham do dia inteiro, sem interromper a circulação, embora com restrições,

Dois exemplos de obras que se eternizam no Ferrovias 2020: a Linha da Beira Alta, encerrada em 2022 e ainda sem prazo para reabrir; e a Linha do Oeste, onde também se somam atrasos



Começámos a fazer ferrovia moderna com o Ferrovias 2020, mas não havia empresas ou engenharia portuguesas preparadas

Fernando Almeida Santos
Bastónario dos Engenheiros

enquanto o trabalho em período nocturno tem uma janela temporal muita curta e, por vezes, termina para lá da hora, prejudicando os primeiros comboios da madrugada.

José Maria André diz que também já ouviu empreiteiros e projectistas “queixarem-se de prazos impossíveis, que os concorrentes aceitam para ganhar o concurso, procurando depois maneiras de impor realismo”, o que pode significar dilatar os tempos de execução.

“Noutros casos, não se assume o propósito de fechar uma linha, mas interrompe-se a sua utilização porque não tem praticamente tráfego e a exploração é ruinosa, pois o custo por passageiro é proibitivo”, diz este especialista. Isto aconteceu, por exemplo, no ramal da Lousã (agora transformado num canal para o metrobus), mas também na linha Figueira da Foz-Pampilhosa e no que restava das linhas do Tâmega e do Corgo, que encerraram em 2009, supostamente para obras de modernização, e nunca reabriram. “Recordo também casos em que políticos fizeram promessas sem qualquer intenção de as cumprir. Por exemplo, quando há cerca de 20 anos se prometeram linhas novas e melhoramentos na zona do Oeste como compensação por se ter desistido de construir o novo aeroporto na Ota.”

“A IP é mais vítima do que culpada”

O bastónario da Ordem dos Engenheiros, Fernando Almeida Santos, alerta para o facto de os atrasos no Ferrovias 2020 terem levado a que milhões de euros em fundos comunitários tenham transitado para o PNI2030. Mas mostra-se compreensivo em relação à IP, que considera “que é mais vítima do que culpada”, uma vez que se limitou a tentar contratar num mercado no qual não havia capacidade técnica instalada.

“Começámos a fazer ferrovia moderna com o programa Ferrovias 2020, mas não havia empresas ou engenharia portuguesas preparadas, pois há mais de 20 anos que não se investia seriamente em ferrovia em Portugal. Por isso, tiveram de se juntar a empresas estrangeiras, mormente espanholas e francesas”, explica. Uma situação totalmente diferente da realidade de Espanha, “em que se investiu continuamente em ferrovia e onde a Adif, a empresa do Estado homóloga da IP, concentrou durante largos anos o conhecimento de engenharia em si própria e, pelo menos até recentemente, não precisava de recorrer tanto ao mercado”.

Em Portugal, contudo, “mesmo que a IP quisesse seguir o exemplo espanhol e criar equipas para projectar e executar, era preciso, primeiro, ensiná-los e depois conseguir retê-los, porque, infelizmente, a carreira técnica do Estado não tem sido revista, nem reconhece exclusivamente os engenheiros, e estes têm vindo a ser

sujeitos a uma maior atractividade de trabalhar no sector privado”. A título de exemplo, Fernando Almeida Santos refere que, em 2023, houve centenas de engenheiros civis que saíram das câmaras municipais para o sector privado.

Há ainda outro problema para que o bastónario chama a atenção: o grau de litigância de alguns consórcios estrangeiros nas obras em curso. “Enquanto as empresas portuguesas evitam litigar contra o seu próprio Estado, até por receio de não virem depois a ser contempladas em futuros concursos, as estrangeiras não têm esse problema e litigam tudo o que puder ser litigado, porque não têm tanto a perder.” Como consequência, as obras atrasam-se ainda mais.

“Cultura de curto prazo” instalada no país

Com uma visão menos ligada à engenharia, António Mendonça, bastónario da Ordem dos Economistas, diz que não se surpreende por não haver um sobressalto cívico e político face aos grandes atrasos nos projectos ferroviários, “porque as pessoas já estão habituadas a uma cultura em que ninguém estranha a falta de rigor e de cumprimento de prazos – no fundo, instalou-se uma aceitação”.

Isto acontece porque não há uma cultura séria de programação, de controlo e de execução dos projectos. “Ou seja, instalou-se uma cultura de curto prazo no país”, lamenta o antigo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do segundo Governo de Sócrates. “Enquanto representante da Ordem dos Economistas, tenho chamado a atenção para a necessidade de um maior planeamento no país, à semelhança do que já aconteceu, por exemplo, aquando dos Planos de Fomento e, mais tarde, já depois do 25 de Abril, quando no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros trabalhava a nata dos economistas portugueses.”

António Mendonça lamenta a inexistência de uma estrutura central com o mesmo peso e prestígio do antigo Departamento Central de Planeamento (DCP), que deveria estar sob a tutela do Ministério da Economia, em vez da situação actual, em que “temos excesso de órgãos e de burocracia” que impedem tomadas de decisão estratégicas acertadas e perenes, defende.

“Por vezes, dentro do mesmo Governo, basta uma mudança de ministro para que as soluções sejam outras. Por isso, é necessário um órgão que dê coerência global às grandes decisões. No caso do planeamento ferroviário, penso que este não deve ser entregue exclusivamente ao gestor da infra-estrutura [que é a IP]. Deve haver um equilíbrio em que as estratégias de longo prazo sejam também pensadas por um órgão central do Estado.”

O eucaliptal português: um diagnóstico de má gestão e abandono

Na segunda parte de uma série de quatro artigos, analisamos a gestão florestal em Portugal das últimas décadas, em particular a do eucaliptal. Onde ficam os interesses da floresta e do país?

Rita Cruz
(Carbon Forests Project)

O eucaliptal português é um dos maiores do mundo em área, num pódio partilhado com colossos como o Brasil ou a China. Sendo Portugal um dos maiores produtores de pasta de papel à escala internacional, a importância económica do sector é inegável. Mas o consenso em torno da gestão e da expansão do eucaliptal é profundamente dissonante, num debate que envolve interesses ambientais, sociais e económicos, quer de empresas e proprietários florestais, quer dos movimentos ambientalistas – e, claro, os de toda a sociedade. Nesta segunda parte de uma série de quatro artigos, analisamos dados e visões sobre a gestão florestal das últimas décadas, em particular a do eucaliptal, para perceber onde ficam os interesses da floresta e do país.

A conversão da floresta nativa: ganhar e perder

A floresta que temos hoje é o resultado de condições naturais e históricas e da gestão que dela foi feita. A floresta nativa do nosso território era povoada essencialmente por carvalhos. O biólogo Francisco Moreira, do Instituto Superior de Agronomia, explica porque é que isso mudou: “Do ponto de vista da biodiversidade, diria que maioritariamente [a gestão florestal] não foi minimamente orientada para esse objectivo. Historicamente, o objectivo principal foi a produção de madeira e produtos lenhosos, que é talvez o que tenha estado na origem do facto de grande parte da floresta portuguesa hoje ser pinheiro e eucalipto.”

Esta conversão da floresta nativa, com a introdução de novas espécies e o aumento da área dessas espécies, teve um impacto significativo na adaptação da floresta ao fogo. “Uma das características das florestas mediterrânicas é estarem adaptadas ao fogo. O fogo fazia parte da natureza na região mediterrânica.

Os carvalhos que lá estão, a não ser que seja um fogo muito intenso, vão voltar a rebentar da sua raiz ou da sua base”, explica Francisco Moreira. “Se todas essas florestas tivessem chegado até hoje, com as evidências que temos, se calhar teríamos menos incêndios.”

A somar a essa perda, há ainda, de acordo com o biólogo, uma perda de potencial económico: “É também possível que tivéssemos muito mais madeira de boa qualidade, porque a madeira de carvalho é bastante valiosa, comparativamente à madeira do eucalipto ou de pinheiro. E aquilo a que se chama os produtos florestais não lenhosos tem um potencial muito maior em floresta nativa do que em plantações.”

O valor económico da floresta é inegável. Dados da UE mostram que em 2021 Portugal ocupava o 8.º lugar entre os Estados-membros no que toca à importância relativa do VAB da silvicultura. O VAB, Valor Acrescentado Bruto, corresponde à riqueza gerada na produção, retiradas despesas como o valor dos bens e serviços necessários à produção.

Com uma balança comercial muito positiva, a floresta é um dos mais importantes sectores da economia portuguesa. Do total de exportações do país em 2022, 9% são do sector florestal. Dessa percentagem, mais de metade pertence à fileira da pasta de papel, papel e cartão. Além disso, o sector florestal é um grande empregador: é responsável pela criação de mais de 100 mil postos de trabalho, segundo dados do ICNF actualizados em Novembro de 2023.

A espécie dominante, o eucalipto, tem um interesse económico essencialmente ligado à produção de pasta de papel em fábricas do litoral, num mercado com dois grandes actores: a The Navigator Company e a Altri. Já a segunda espécie, o pinheiro-bravo, surgiu ligada a uma economia de pequenas serrações espalhadas pelo interior do país. Em termos de corte, o eucalipto é uma espécie com um ciclo de corte considerado

curto, de dez a 12 anos, enquanto o pinheiro-bravo tem um ciclo de corte entre os 40 e 60 anos.

Os donos da terra

Outro traço importante da nossa floresta é a estrutura de propriedade, isto é, a distribuição da terra e quem a detém. Com 97% de proprietários privados, Portugal tem uma das mais baixas percentagens de floresta pública da Europa. São pequenas parcelas divididas por muitos donos. Isto faz com que os proprietários não estejam particularmente focados na biodiversidade, explica Francisco Moreira. Nem mesmo nas poucas áreas geridas pelo Estado, que segundo o investigador deveria ser o gestor com maior inclinação nesse sentido, a biodiversidade é a preocupação principal.

“Temos uma situação desafiante”, resume Miguel Viegas da Universidade de Aveiro: “Temos uma micropropriedade que dificulta muito qualquer medida de gestão florestal, ainda por cima num quadro extremamente adverso do ponto de vista climático e uma Política Agrícola Comum que promove o esvaziamento dos territórios rurais onde predominam as pequenas e médias explorações.”

Na discussão da biodiversidade, não contam só as árvores, mas tudo o que está associado a elas – como é o caso do subcoberto. “Numa floresta original, além das árvores, existe toda uma outra diversidade de árvores mais pequeninas, arbustos, plantas, herbáceas, que fazem parte da comunidade. Geralmente, em plantações florestais, essa parte que está para baixo não interessa. Interessa estar o mais limpo possível”, lembra Francisco Moreira. E resume: “O potencial de biodiversidade perde-se quando, ao longo dos milénios, fomos destruindo as florestas nativas de carvalhos, para chegarmos a uma situação, hoje, em que as duas espécies dominantes em Portugal são o pinheiro-bravo e o eucalipto, ambas geridas como plantações, sendo que uma dessas espécies nem sequer é uma espécie nativa.”

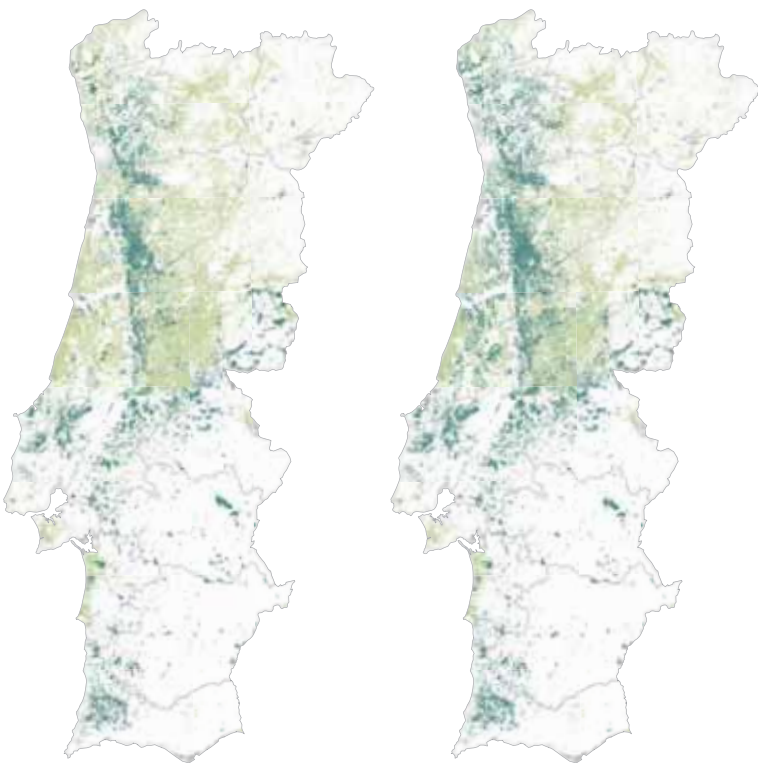


Distribuição espacial das duas espécies florestais dominantes

■ Floresta de pinheiro-bravo ■ Floresta de eucalipto

Em 1995

Em 2018





Mata Nacional de Escaroupim, arboreto de eucaliptos, um dos mais completos da Europa

O abandono, um problema do eucalipto e não só

Essa espécie não nativa é o eucalipto, natural da Austrália e trazido para Portugal no século XIX. A seguir ao pinheiro-bravo, o eucalipto é a espécie com maior área de floresta em Portugal. A madeira de eucalipto é essencial para a indústria da celulose, que, segundo dados do sector, gere cerca de 194 mil hectares de eucaliptal, quer como proprietária, quer como arrendatária de terrenos.

Quando falamos de eucalipto, falamos da variedade *Eucalyptus globulus*, que é dominante em Portugal. A expansão desta espécie começa em meados do século XX. Desde então, pela mão da indústria da pasta e do papel, não parou de aumentar: segundo dados do ICNF, de 70 mil hectares em 1956 a 845 mil no último estudo feito, em 2015.

Nos últimos 50 anos, este crescimento tem sido mais sistemático, mas isso não corresponde necessariamente a um aumento da quantidade de madeira de eucalipto. O Inventário Florestal Nacional (IFN) conclui isso mesmo: “A [disponibilidade de madeira] de eucalipto não acompanha o aumento da área.” O volume de madeira de eucalipto estabilizou entre os dois últimos IFN, enquanto a área da espécie aumen-

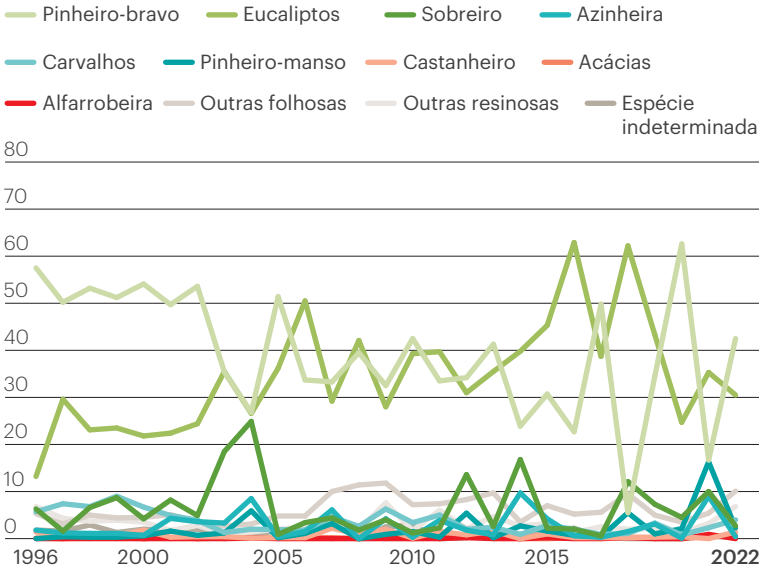
tou cerca de 59 mil hectares.

O IFN é um estudo que, a cada dez anos, traça um retrato da floresta em Portugal. Entre dezenas de indicadores, o IFN olha, por exemplo, para as principais espécies e as áreas que ocupam. José Sousa Uva, coordenador do último relatório do IFN, tira conclusões claras: “Os incêndios rurais, os cortes prematuros de arvores (em ambos os casos baixando a idade média dos povoamentos) e a existência de eucaliptos em locais de baixa produtividade, mal geridos ou abandonados, explicam esta situação.”

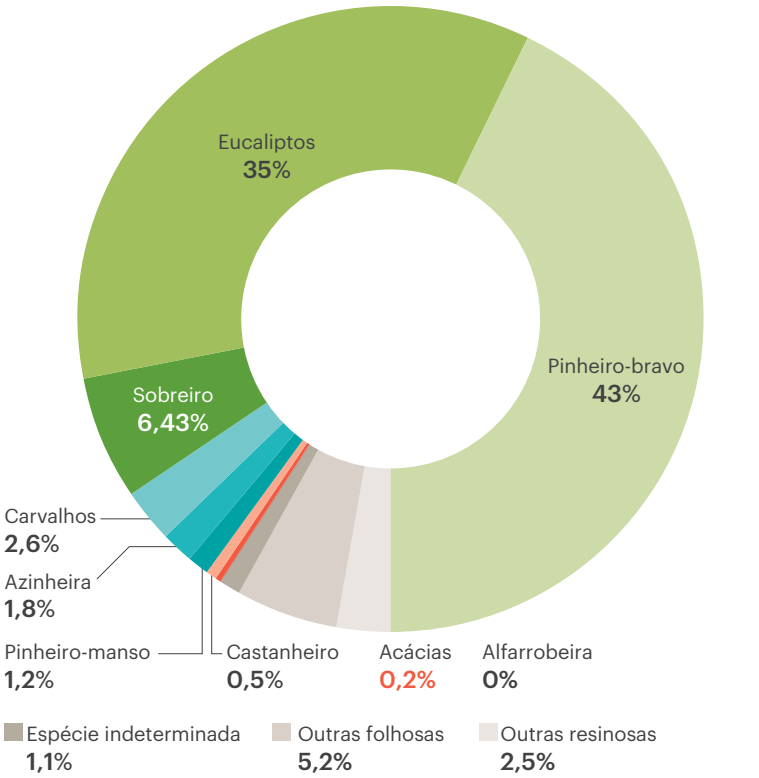
Para avaliar a qualidade da gestão usam-se indicadores como a densidade dos povoamentos, isto é, o número de árvores por hectare, e o índice de qualidade da estação, referente à capacidade produtiva de um povoamento florestal. Os especialistas olham também para a rotação (período entre os cortes de uma árvore) e para a idade das árvores.

Questionado sobre o que estes indicadores dizem sobre o eucaliptal português, José Sousa Uva aponta para a má gestão: “Em termos de densidade [os dados] revelam que um terço dos povoamentos tinha menos de 300 árvores por hectare, o que é baixo. Verificou-se também que a maioria dos eucaliptais (72%) estava em locais em que a qualidade da estação era baixa ou média e que

Espécie ardida por percentagem do total da floresta 1996-2022



Área florestal ardida por espécie 1996-2022



Fonte: ICNF

PÚBLICO

existiam muitas situações de eucaliptais com mais de três rotações ou sem rotação identificável. A existência de uma porção significativa de área de eucalipto que está sublotada ou em rotações muito avançadas indica que esta não tem uma boa gestão numa perspectiva de produção para abastecimento industrial.” E acrescenta: “Esta é uma situação preocupante, uma vez que os eucaliptais se destinam essencialmente a esta função [industrial], cumprindo igualmente funções ambientais, designadamente ao nível de sequestro de carbono.”

Esta “gestão florestal incipiente”, como José Sousa Uva a qualifica,

materializa-se num crescimento em área de eucaliptal sem o correspondente crescimento em volume de madeira. Significa isto que não havia tanto carbono armazenado como seria de esperar face ao aumento da área.

Paulo Pimenta de Castro, engenheiro silvicultor, é dirigente de uma pequena associação focada na economia da floresta. Desde a sua fundação, em 2011, a Acréscimo tem sido voz activa contra aquilo a que o seu presidente chama uma “cultura de abandono”. Paulo Pimenta de Castro faz as contas aos dados de volumes, áreas, densidade e vários outros indicadores e não tem dúvi-

das: há demasiado eucaliptal abandonado.

Ventos de mudança?

Depois dos incêndios de 2017 na região centro, e reconhecendo os riscos de um eucaliptal em expansão ilimitada, o Parlamento aprovou uma proposta do então Governo socialista, para limitação da área da espécie, hoje com 845 mil hectares.

Dessa área total, cerca de 194 mil hectares são geridos por associados da Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal. No Verão passado, António Redondo, CEO da Navigator, defendeu publicamente a expansão do eucaliptal como forma de garantir a sustentabilidade da empresa. Em 2022, a Biond (na altura chamada Celpa) e a Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais pediram ao Governo que revisse a lei. A perspectiva da federação de proprietários era a de que, sendo as áreas de mato e pastagens aquelas que mais ardem, seria benéfico convertê-las em eucaliptal, para que fossem geridas.

Em Março, durante a campanha eleitoral, Luís Montenegro, interpelado por um ambientalista, disse que, a ser eleito, o seu Governo não iria aumentar a área de eucaliptal. No programa da AD, a coligação prometia penalizar a inacção, “procurando a gestão activa de terrenos”, e tanto o programa eleitoral como o de Governo apontam o aumento das áreas arborizadas com espécies autóctones. Nenhum dos dois documentos menciona especificamente o eucaliptal ou a indústria da pasta de papel.

Na quarta e última parte desta série, exploraremos a visão do secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, e o plano do Governo para o futuro da floresta em Portugal.

Carbon Forests Project
Esta investigação foi desenvolvida pelos jornalistas Rita Cruz, Louisa Bouri-Saouter e Kai Rüsberg. Rita Cruz é jornalista freelancer e vive e trabalha actualmente em Gotemburgo, Suécia, assim como Louisa Bouri-Saouter, jornalista francesa a viver em Estocolmo. Kai Rüsberg trabalha como jornalista para o serviço público de rádio e televisão ARD, na Alemanha.



azul
Saiba mais sobre ambiente em publico.pt/azul

Em Marvão ouve-se “a terra quase toda”

A 10.^a edição do Festival Internacional de Marvão chega hoje ao fim. A novidade é a encenação de uma ópera no pátio do castelo

Ricardo da Rocha

Estão 35 graus Celsius, lê-se no termómetro digital do telemóvel. O caminho em direcção à Igreja de Santiago faz-se de tortuosas e estreitas ruas ladeadas pela arquitectura alentejana, de janelas e chaminés típicas. Sempre a subir. Chegados ao edifício gótico convertido por estes dias em sala de concerto, encontramos refúgio do calor. Escutam-se vozes em diferentes línguas: alemão, francês, inglês, espanhol e, se nos esforçarmos, conseguimos ouvir alguém conversar em português. Assim é a vida em Marvão, insuflada pelo Festival Internacional de Música de Marvão [FIMM], encerrará a programação festiva, este ano realizada, de novo e simbolicamente, em exclusivo dentro das muralhas do concelho, com excepção dos concertos nas ruínas romanas da cidade de Ammaia.

A sua 10.^a edição termina hoje. A gala dirigida por Christoph Poppen à frente da Orquestra de Câmara de Colónia, com participação de vários solistas, entre os quais a soprano Juliane Banse, sua mulher e companheira na direcção artística do Festival Internacional de Música de Marvão [FIMM], encerrará a programação festiva, este ano realizada, de novo e simbolicamente, em exclusivo dentro das muralhas do concelho, com excepção dos concertos nas ruínas romanas da cidade de Ammaia.

Situada no topo da serra do Sapoio, desta vila raiana “vê-se a terra quase toda”, escreveu José Saramago na sua *Viagem a Portugal*. Aqui, embora a beleza da paisagem nos interpele constantemente, o exercício reclama outro sentido: o da audição.

“Adoro o festival. Uma das coisas que me atraem na programação é o facto de poder ouvir agrupamentos ou músicos jovens, muito talentosos, mas também pessoas mais velhas de quem talvez nunca tenhamos ouvido falar. Gosto da qualidade da música, acho que é realmente excelente. E é um público muito atento”, diz ao PÚBLICO Virginia Metherell. Jornalista reformada, Virginia viaja todos os anos da Austrália por esta altura, depois de uma primeira visita a Marvão, em 2017, na qual descobriu o FIMM a partir de um anúncio na pouxada em que ficou hospedada. “Ontem à noite fomos ao concerto nas ruínas e foi maravilhosos!”, confirma a sua amiga Maggie Salmon,

que este ano a acompanha. O diálogo tem lugar na Igreja de Santiago, minutos antes do recital de música de câmara da violoncelista Anja Lechner e do pianista Raúl da Costa, também director artístico do Festival Internacional da Póvoa de Varzim.

Ancorado na música da *Belle Époque*, o programa principiou com *Três Peças para Violoncelo e Piano*, de Nádía Boulanger, que definiram o ambiente: um certo carácter misterioso e linhas melódicas de refinado gosto francês, na primeira; a beleza da simplicidade musical, na segunda, construída a partir de um cânone; e um ligeiro sentido de humor modernista, na terceira, em forma de dança caricaturesca.

Características que *grosso modo* se aplicam também à *Sonata para Violoncelo e Piano em Ré Maior*, de Claude Debussy, composta em 1915. Sendo que o mistério cede lugar ao lamento e o humor é mais negro — numa versão inicial a peça tinha o subtítulo “*Pierrot fait fou avec la lune*” (Pierrot enlouquece com a Lua) —, além de a estrutura formal da sonata oferecer, naturalmente, outro contexto para o desenvolvimento de ideias e reaparecimento de temas musicais, abrindo espaço para uma leitura narrativa da obra. A terminar o programa, César Frank, compositor belga que viveu grande parte da vida em Paris, e a sua célebre *Sonata para Violoncelo e Piano em Lá Maior*.

Embora o programa parecesse ter a música gaulesa como fio condutor — ou talvez por isso mesmo —, destacaram-se as *Três Canções de Sol Poente para Violoncelo e Piano*, de António Fragoso. O arranjo, da responsabilidade dos intérpretes (originalmente as canções são para voz e piano), manteve-se fiel ao espírito do compositor, tragicamente falecido em 1918, com apenas 21 anos, em diálogo evidente com a estética parisiense da época, ainda que pautado pelo que nos pareceu uma melancolia portuguesa. Arrancaram-se os primeiros bravos ao público.

Jazz e ópera ao ar livre

Da igreja iríamos para o pátio do castelo, já a brisa de fim de dia corria. Ao ar livre, num dos espaços idiomáticos do FIMM, Mário Laginha (piano), Perico Sambeat (saxofone) e

João Barradas (acordeão) ofereceram-nos meia dúzia de temas em estreia mundial — privilégio festivo —, numa linguagem jazzística clássica, fortemente enraizada no *bebop*, com ritmos sincopados e uma estrutura previsível para cada tema.

O virtuosismo e a personalidade individual, revelada a cada solo, foram, por isso, protagonistas. Tal como o vento, que se juntaria ao trio como novo instrumento, introduzindo uma certa distorção e obrigando o ouvido a uma maior atenção. Se não fosse pelas dificuldades levantadas à amplificação (e às partituras de Sambeat), que prejudicou especialmente o piano, teria resultado num belo quarteto improvisado.

O ambiente foi aquecendo. Muito receptivo, o público aplaudia religiosamente a cada intervenção solista, das quais se destacou o acordeão de João Barradas, mais arrojado na torção das melodias, esticando tempo e harmonia, repentina e admiravelmente. No fim do concerto, Marita Benkert e Fernando Moniz confessavam ao PÚBLICO enquanto caminhavam: “É a nossa primeira vez. Viemos de propósito do Porto, mas já decidimos que para o ano vamos voltar.”

Deixando o jazz, entramos num ambiente de *club underground*, reservado à música contemporânea do clarinete de Horácio Ferreira, assessor artístico do FIMM, na cisterna do castelo já noite dentro. Um especial *Horácio Ferreira & Amigos*, embora o programa fosse composto maioritariamente por peças para clarinete solo, pensadas especificamente para o público do festival (somos nós os amigos?) e a acústica do espaço: obras de Edison Denisov, Steve Reich, Alexandre Delgado e Nicola Resanovic. Gonçalo Lélis juntar-se-ia com o seu violoncelo para interpretar *Off*, de Svante Henryson, e *Disco Toccata*, de Guillaume Connesson.

Um dos mais eloquentes clarinetistas portugueses, o diálogo de Horácio estendeu-se até à biosfera da cisterna que para grande surpresa do público parecia responder musicalmente — um zumbido de insectos que funcionou quase como uma fita de electrónica extra.

A grande novidade desta 10.^a edi-



Noite de jazz no castelo com Mário Laginha (piano), João Barradas (acordeão) e Perico Sambeat (saxofone). Anja Lechner (violoncelo) com Raúl da Costa (piano). Récita da ópera O Rapto do Serralho

“Gosto da qualidade da música. E é um público muito atento”, diz Virginia Metherell

ção do FIMM foi a realização de uma ópera no pátio do Castelo, a que assistimos anteontem ao final do dia, naquela que seria a última récita de *O Rapto do Serralho*, de Mozart. Encenar uma ópera ao ar livre, sem amplificação, num espaço como o do castelo de Marvão representa desafios a vários níveis. A todos eles, a produção da responsabilidade de Sabine Theunissen (encenação, dramaturgia, cenografia e figurinos) respondeu com inteligência e sentido prático, conseguindo a proeza de nos fazer acreditar que a música de Mozart tinha sido escrita para aquele espaço específico.

Com a orquestra de Colónia sob a direcção de Poppen e um conjunto

FOTOS: CORTESIA FIMM



juntamente com a sua serva Blonde (a soprano, Heekyung Park) e Pedrillo (o tenor, Patrick Grahl), criado de Belmonte, foram comprados escravos por Paxá Selim, estando reféns no seu serralho (harém) vigiados por um inspector Turco, Osmín (o baixo, Yannick Spanier). Uma comédia com tons de *vaudeville*, mas que toca temas muito actuais, “como o pensamento binário”, denunciando nas palavras da encenadora o “a favor ou contra”, demonstrando a força do perdão, do amor e de uma autoterminação feminista.

Duarte Mayer, melómano confesso, de Sintra, não hesita em aplaudir de pé e justificar porque gosta do FIMM: “Não é um fenómeno de massas. Uma pessoa pode estar de férias e vir ouvir música de grande qualidade, no meio deste património riquíssimo.”

Âncora da economia e da oferta cultural da região, não há dúvida de que o FIMM é hoje um dos mais importantes festivais portugueses, com uma programação eclética e por onde passa o que de melhor se faz musicalmente em termos nacionais. O esforço e a iniciativa do maestro Christoph Poppen foram agraciados a 19 de Julho pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com a Cruz de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Um marco na história deste festival, no interior de Portugal, onde se pode ver e ouvir “a terra quase toda”.

de maravilhosos e expressivos cantores, a grande inovação de Sabine consistiu em retirar as partes faladas da ópera (a obra é um *singspiel*, género que altera diálogos falados com números musicais) e reescrevê-las na voz de Paxá Selim (o actor, João Grosso), personagem que não canta. Criando ainda um papel mudo, Anima (a bailarina, Cláudia De Serpa Soares). Este gesto ampliou os níveis de leitura, num discurso em alguns momentos metanarrativo, com comentários sobre a ópera, sobre os temas que trata e até mesmo sobre o FIMM.

A história é a tentativa de Belmonte (o tenor, Martin Mitterutzner) resgatar a sua noiva Konstanze, que

Mísia (1955-2024), a voz corajosa de alguém e além-fado

Obituário

Nuno Pacheco

Correu os palcos do mundo e deixou a sua marca e o nome de Portugal por vários países. Cantora e fadista, Mísia morreu aos 69 anos

A cantora e fadista Mísia morreu ontem, aos 69 anos. A notícia foi dada por Richard Zimler, escritor americano há muito radicado em Portugal, nas redes sociais. “Estou desolado, pois a minha velha amiga, a cantora Mísia, acabou de nos deixar. Partiu em paz, docemente, sem dores.” Assim foram também avisados os amigos da sua morte. Mísia encontrava-se internada no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, na sequência de mais uma crise relacionada com a longa batalha que desde 2016 travava contra o cancro. Uma batalha com momentos de esperança à mistura com outros dolorosíssimos, que nunca lhe tiraram a vontade de viver.

Nascida Susana Maria Alfonso de Aguiar, no Porto, no dia 18 de Junho de 1955, ainda celebrou o seu 69.º aniversário na companhia de muitos amigos, no Café Buenos Aires, em Lisboa. Mesmo debilitada, nesse dia ainda a norteava uma frase em que insistia e que mostra bem a sua força anímica: “Não vou parar de viver, porque sou mais do que a minha doença.”

Os seus mais recentes discos, *Pura Vida* (2019) e *Animal Sentimental* (2022) nasceram em plena luta contra a doença. O primeiro, num momento de euforia, em que se julgou quase livre do pesadelo; o segundo, que veio acrescido de um livro homónimo, autobiográfico, gravou-o quando percebeu que a luta não terminara nem terminaria. Mas já tinha começado a “arrumar a casa”, com uma colectânea de 40 fados e canções a que chamou *Do Primeiro Fado ao Último Tango* (2016). Em 2019, numa entrevista ao PÚBLICO, falou desses anos “de calvário, uma *via crucis*, duas situações oncológicas graves” que a levaram a fazer duas vezes seis meses de tratamentos. Mas continuou a fazer tudo como se não estivesse doente. “Viajei, fiz concertos [...], em plena quimioterapia.” A música foi a sua bóia de salvação. “Nunca considerei a hipótese de parar de trabalhar.

Não contei nada aos meus músicos, usava máscaras nos aviões, mas dizia-lhes que estava constipada. Tive momentos em que não tinha forças, tinha tonturas, mas quis continuar a fazer a minha vida.”

Esta determinação, teve-a desde sempre, porque também muito cedo se viu obrigada a fazer muita coisa sozinha. Filha de mãe catalã e pai portuense (que se separaram quando ela tinha 4 anos), não teve uma infância fácil, encontrando apoio sobretudo na avó materna, catalã. Passou a adolescência no Porto, mudando-se, antes de completar 20 anos, para Barcelona e depois para Madrid. Em 1991 voltou para Lisboa e data desse ano o seu primeiro álbum, *Mísia*, a que se seguiriam *Fado* (1993) e *Tanto Menos Tanto Mais* (1995).

Gravou-os, não como Susana Aguiar mas como Mísia, nome pelo qual se apaixonou ao ler a biografia de uma musa parisiense de origem polaca nascida em São Petersburgo, em 1872: Maria Zofia Olga Zenajda Godebska, que era conhecida pelo diminutivo polaco de Maria, Mísia.

Os discos seguintes, *Garras dos Sentidos* (1998) e *Paixões Diagonais* (1999), firmaram a singularidade do seu canto e da sua abordagem ao fado, muito pela via dos poetas e da força das palavras, caminho que nunca abandonaria até ao final. E enquanto cantava José Saramago, Agustina Bessa-Luís, Lídia Jorge, Hélia Correia, Mário Cláudio, José Luís Peixoto, Tiago Torres da Silva, Amélia Muge, Jorge Palma, Vitorino ou Sérgio Godinho (é dele a canção *Liberdades poéticas*, que ela usaria como título de representação), colaborava com nomes como Maria João Pires, Maria de Medeiros, Agnès Jaoui, Maria Bethânia, Adriana Calcanhotto, Fanny Ardant,

Isabelle Huppert, John Turturro, Bill T. Jones, Carmen Maura, Miranda Richardson, Sophie Calle, Ute Lemper, Iggy Pop e tantos outros.

Se em Portugal sempre teve seguidores fiéis (a que chamava carinhosamente “misianos”), no estrangeiro Mísia encheu salas em inúmeros países. “Estive em sítios onde ainda não se tinha cantado fado e em sítios onde só lá estive eu depois da Amália”, disse ela em 2005. Amália que foi, para Mísia, a maior referência no fado, e à qual dedicou um álbum duplo, *Para Amália* (2015), depois de dois discos marcados pela poesia e pelo cruzamento de sonoridades fadistas e além-fado, *Senhora da Noite* (2011) e *Delikatessen, Café Concerto* (2013).

Distinguida com prémios e menções honrosas, Mísia participou em vários projectos paralelos, do teatro (com destaque para *Giosefine*, monólogo inspirado num livro de Tabucchi, com estreia em Buenos Aires) à música erudita ou ao cinema, com *Passione*, filmado e narrado por John Turturro.

Mesmo nos últimos anos, Mísia só renunciou aos palcos em casos extremos. Em 2022, no Museu do Oriente, abriu o concerto com estes versos de Tiago Torres da Silva: “É da morte que te escrevo/ Não sei se posso ou se devo/ ‘screver-te deste lugar/ Não tive jeito prá vida/ Por me faltar a medida/ Que a morte tem pra me dar” (*As palavras vestem luto*); e fechou-o num clima de festa, a cantar *Cha cha cha* em Lisboa. Sentia-se à vontade neste fio de navalha, a lidar com “sentimentos terminais, amor que mata e nunca morre”. Sempre de cabeça erguida, com uma resistência ímpar, na música como na vida. Ainda que Susana agora nos deixe, é certo que Mísia jamais nos deixará.

LUIS RAMOS/ARQUIVO



Mísia em concerto no Teatro Nacional D. Maria II, em 2005

Angélica André acredita que pode surpreender nas águas olímpicas



Angélica André pede água fria e com ondas em Paris

Apesar de competir nos 10km de águas abertas, a nadadora treina 98% do tempo em piscina. Mas nem por isso é pior. Para os Jogos, promete nada mais, nada menos que o seu melhor

Leonor Alinho

Aos três anos, no infantário, levaram-na à piscina pela primeira vez. Ia uma vez por semana e “foi aí que tudo começou”, explicou Angélica André, de 29 anos, hoje uma das melhores nadadoras do mundo.

Por isso, quando os pais lhe perguntaram que desporto queria fazer “para não estar sempre enfiada no ambiente de bairro”, a escolha foi fácil. “Eles queriam que saíssemos dali, que eu e os meus irmãos tivéssemos mais disciplina e hábitos. Escolhi logo a natação”, contou a atleta de Matosinhos. Passou 13 anos no Leixões Sport Club, oito no Clube Fluvial Portuense. Há três anos, juntou-se ao Futebol Clube do Porto.

A opção por águas abertas não surgiu por “nada em particular”. Como todos os nadadores desta prova, começou pela natação pura. No

entanto, as chamadas cada vez mais frequentes à selecção nacional, consequência de excelentes resultados, fizeram-na tomar uma decisão. Desde então já estabeleceu 24 recordes nacionais individuais.

A sua primeira internacionalização em águas abertas foi em 2012, num Europeu de Juniores, disputado na Turquia e conseguiu o 12.º lugar. Em Fevereiro deste ano, precisava de terminar entre as 16 primeiras, no Mundial em Doha. Ficou em terceiro lugar, a 1m40s da atleta neerlandesa Sharon Van Rouwendaal. O feito carimbou-lhe o passaporte para os Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Sobre o objectivo para a grande competição é determinada. “Conseguir um lugar acima do 17.º”, posição que ocupou nos Jogos Olímpicos de Tóquio de 2020, jogados em 2021. Mostra-se confiante com esse objectivo. Afinal, sente ter uma nova pre-



Angélica André ficou em terceiro no último Mundial

ca. São 15 treinos semanais, dez dos quais na água. No final de uma semana, nadou entre 90 e 115 quilómetros.

Dos treinos às competições é fielmente acompanhada pelo seu treinador, José Borges, que acumula quase 40 anos de experiência, mas só três deles com a Angélica. O percurso em conjunto começou a pedido da atleta.

Sobre treinar a Angélica, confessa ser um assunto paradoxal. Por um lado, admite que é fácil, porque a exigência de ambos é semelhante. Por outro, assume que treinar uma atleta que está constantemente no top 10 mundial exige uma enormíssima carga de trabalho. “É altamente desafiante, mas muito recompensador”, rematou.

Paira, naturalmente, uma questão no ar: porque é que uma nadadora de águas abertas treina a grande maioria das vezes na piscina? A resposta assenta numa palavra-chave: a experiência.

Nas provas de águas abertas, em rio, mar ou lago, as condições variam, maioritariamente, na temperatura e ondulação. No entanto, esse aspecto não incomoda José Borges: “Na prática, ela já tem essa experiência toda, não vai encontrar situações que não conhece.” E se a possibilidade de encontrar condições agrestes não incomoda o treinador, muito menos incomoda a atleta.

Quanto pior, melhor

Angélica André destaca-se, sobretudo, por gostar de condições complicadas. Sabe que é contraditório, mas admite que gosta de “mais ondas e mais frio”. A principal razão para a preferência é o facto de considerar que, em condições semelhantes à da piscina, “todas se conseguem adaptar” e, por isso, reconhece a sua vantagem no ambiente menos favorável.

José Borges acredita que a qualidade de um nadador de águas abertas está na sua capacidade de adaptação. Afinal, nos Jogos Olímpicos estarão algumas das melhores nadadoras do mundo e “ganhará aquela

que se adaptar mais rápido às condições”.

Os treinos em piscina passam pela resistência aeróbica (a capacidade de fazer esforço de intensidade média num longo período de tempo), a resistência anaeróbica (esforço intenso em períodos de tempo curtos), mas também pela velocidade. O maior desafio, no entanto, foi “fazer com que a Angélica interiorizasse que treinava tanto como as outras, que estava ao nível das outras e que podia competir por medalhas”, admitiu José Borges.

Apesar de confiar na capacidade de Angélica para lutar pelo pódio, o técnico do FC Porto prefere não falar em metas concretas para os Jogos Olímpicos. Quer, de facto, uma melhor posição do que a conseguida em Tóquio, mas ficará feliz “se a vir a sorrir quando chegar à meta” porque sabe o grau de exigência que Angélica coloca em si mesma.

Antes da meta, há um longo percurso para percorrer. Dentro deste, a preferência da atleta recai nos últimos dois quilómetros. A parte inicial exige “mais concentração, paciência e controlo de emoções”. “Tenho de ir concentrada em todos os aspectos, seguir o que está planeado, tentar ir à frente, mas não a liderar a prova e focar-me em contornar as nadadoras”, disse Angélica sobre o início dos dez quilómetros.

Opta por não liderar a prova por isso implicar um maior desgaste físico. “Assim como no ciclismo falam em cortar o vento, se eu for a primeira vou a cortar a água”, exemplificou.

Depois de oito quilómetros consistente e certa, no final tudo muda. A atleta aguerrida esquece todos os aspectos técnicos e táticos. A prova já ganhou o ritmo que tinha a ganhar e, nos últimos momentos, já só resta “trabalhar com o coração”.

No dia 8 de Agosto, às 6h30 de Lisboa, Angélica André estará a saltar da Ponte Alexandre III para o Sena e competirá na prova olímpica de 10 quilómetros de natação de águas abertas. Resta desejar condições agrestes.

Agenda dos portugueses



As horas estão no horário de Lisboa

Hoje			
03h00	Teresa Bonvalot	Surf	Ronda 1
09h30	Manuel Grave	Equestre (Con. completo)	Primeira fase
10h00	João Costa	Natação	Eliminatória
11h15	Fu Yu	Ténis de Mesa	Eliminatória
13h00	Raquel Queirós	Ciclismo (Cross-country)	Final
13h50	Filipa Martins	Ginástica (All-around)	Qualificação
15h30	Nuno Borges	Ténis	Eliminatória
21h00	Tiago Apolónia	Ténis de Mesa	Eliminatória

Finais

Hoje		
Tiro	Pistola Ar 10m M	8h30
Tiro	Pistola Ar 10m F	11h
Ciclismo	Cross-country F	13h10
Vela	49er M	14h
Skate	Rua F	16h
Vela	49er FX F	16h
Skate	Street M	16h
Tiro com Arco	Feminino Equipas	16h11
Judo	-66kg M	16h38
Canoagem	Caiaque F	16h45
Judo	-52kg F	17h09
Natação	400m estilos M	19h30
Natação	100m mariposa F	19h40
Esgrima	Florete F	20h45
Natação	100m bruços M	20h44
Esgrima	Espada M	21h15

Medalheiro

	●	●	●	Total
1. Austrália	3	2	0	5
2. China	2	0	1	3
3. EUA	1	2	2	5
4. França	1	2	1	4
5. Bélgica	1	0	1	2
6. Japão	1	0	1	2
7. Cazaquistão	1	0	1	2
8. Alemanha	1	0	0	1
9. Hong Kong	1	0	0	1
10. Itália	0	1	2	3

HANNAH MCKAY/REUTERS



115

O número de quilómetros que, no final de uma semana de treinos, Angélica André pode ter nadado

Berçário olímpico

Em Paris 2024 aceitam-se mães, mas só uma hora e numa salinha

Diogo Cardoso Oliveira em Paris

Na Aldeia Olímpica, há um espaço com fraldas, brinquedos e cama. Tudo para um bebé feliz. E os pais atletas? São?

Sim, podes cuidar do teu filho, brincar com ele, mudar-lhe as fraldas e passar tempo de qualidade. Faz tudo isso, porque competir não é tudo na vida. Sê feliz. Sê mãe. Sê pai. Nós ajudamos-te com isso aqui na Aldeia Olímpica. Mas cuidado! Faz isso dentro de uma sala com três metros por quatro. E só durante uma horinha. Não abuses.

Se os Jogos Olímpicos falassem, seria isto que diriam a pais e mães atletas que vivem na Aldeia Olímpica. Mas não sejamos cruéis: criar um berçário na casa dos atletas já foi um avanço e tanto – é um conceito em estreia e nem o mais empedernido conservador desdenhará a ideia. Mas será só disto que os atletas precisam?

O PÚBLICO foi visitar este espaço. Na primeira tentativa não encontramos nenhum atleta a usar o espaço. Na segunda também não. Estranho? Nem por isso. Segundo a voluntária que controla as entradas no berçário olímpico, tem havido, em média, duas famílias por dia.

O copo meio cheio diz-nos que se pelo menos uma família usar o espaço durante os Jogos já valeu a pena – está, portanto, alcançado o objectivo. Mas o copo meio vazio sugere que pode saber a pouco.

Os organizadores apontam que “a aldeia deve permanecer um local preservado, onde apenas os atletas e o pessoal convivem numa dinâmica de desempenho”. Dinâmica de desempenho de preceito discutível, já que crê que um atleta a viver sem o seu bebé está em condições de estar no seu melhor, física e psicologicamente.

Vamos a factos. Não há na Aldeia Olímpica, a possibilidade de uma mãe ou pai, a competirem nos Jogos, ficarem alojados em família, com companheiro/a e a criança. No fundo, de permitir que a família seja levada para o alojamento olímpico, sobretudo no caso de crianças ainda muito dependentes. Não há essa possibilidade e não há sala de 12 metros quadrados, com agendamento máximo de uma hora, que resolva esse problema.

A organização criou, ainda assim, um espaço bem equipado: lá dentro,



O berçário da Aldeia Olímpica ainda não teve muita utilização

depois de colocada a protecção de plástico para os sapatos sujos, vimos fraldário, fraldas, brinquedos, jogos, livros, pufes, cama, microondas e frigorífico. No fundo, tudo para uma criança ser feliz. Mas e os pais atletas? São? A terem de reservar uma hora para a criança, e numa pequena sala, talvez não.

Alysson Felix, mãe e atleta olímpica, senhora de mais de uma dezena de medalhas, foi a inventora de tudo isto. Muito clara sobre os problemas das atletas mães, a própria assume que o berçário é curto para as necessidades, e que se deveria ir mais longe, mas que já foi um avanço conseguir esta pequena sala.

“Gostaria de ver dentro da aldeia de atletas uma unidade que fosse para a família, onde o filho pudesse realmente viver dentro da aldeia, talvez com um parceiro ou outra pessoa”, observa. Mas reconhece a relativa vitória: “É um espaço longe de todo o barulho. E pode sentir-se o conforto de casa – está decorado de uma forma que parece um quarto em casa (...). Muita gente pergunta por que motivo demorámos tanto. É algo que já deveríamos ter tido antes.”

“Penso que isto diz realmente às

mulheres que podem escolher a maternidade, estar no topo da sua modalidade e não ter de perder o ritmo”, defendeu ainda a norte-americana, em nome da Comissão de Atletas do Comité Olímpico Internacional.

Discrição é ponto de ordem

O processo para utilizar este berçário é relativamente simples. O atleta deve preencher um pedido online, que pode ser para espaço partilhado com outra família ou agendamento privado. Qualquer deles está limitado a uma hora de utilização e é grátis.

É fácil marcar, mas mais difícil é chegar lá. A palavra de ordem parece ser discrição. Há uma placa que diz “berçário”, na entrada da Village Plaza, a praça principal da Aldeia Olímpica, mas depois deixa de haver. Perguntámos a quatro voluntários onde era. Ninguém sabia. Um chegou mesmo a dizer: “Essa é a única coisa que eu não sei.”

Fomos a um edifício por “fezada”. No piso 2, tinha uma placa tapada com um autocolante. Descolámos e, por baixo, dizia “nursery”. Eureka! Mas não era ali...

Era no andar em baixo, e não havia nenhuma placa. A ideia será manter o espaço discreto, algo que bate certo com a indisponibilidade da voluntária para dizer que atletas já passaram por ali. “Não podemos revelar,

por uma questão de privacidade.”

É revelado, porém, que tanto homens como mulheres têm utilizado o espaço e que, geralmente, são os dois pais que utilizam, com uma criança.

– Mas é o atleta e o companheiro, que vem de fora, ou só o atleta?

– Os dois, até porque a criança não conseguiria vir até cá sozinha...

Foi boa a constatação da responsável do espaço. Está bem visto.

Questionada se há alguma educadora/ama no espaço, a responsável desse dia diz que não. “Damos só o espaço para as famílias aproveitarem sozinhas. A nossa preocupação é só gerir os agendamentos e manter o espaço limpo”, explica.

E esta é outra limitação. Seria de evidente utilidade uma educadora que pudesse tomar conta das crianças, aumentando o tempo de permanência do bebé na Aldeia Olímpica – e, por extensão, desse mais do que uma hora ao atleta com o filho, já que poderia conviver antes e depois da prova, por exemplo.

Se os atletas quiserem abdicar da Aldeia Olímpica, ambiente que traz evidentes vantagens logísticas, desportivas, humanas e até mentais, podem ir para um hotel. Caso queiram a Aldeia Olímpica, só podem ser pais e mães na tal sala – e durante uma hora. É melhor do que em Tóquio? É. Mas ainda sabe a pouco. Veremos em Los Angeles.

Breves

Ciclismo

Nélson Oliveira ganha o primeiro diploma olímpico para Portugal

O ciclista belga Remco Evenepoel sagrou-se, ontem, campeão olímpico de contra-relógio em Paris 2024. Já Nélson Oliveira deu o primeiro diploma olímpico a Portugal, com o sétimo lugar. Aos 24 anos, Evenepoel junta o título mundial da especialidade ao olímpico, ao cumprir os 32,4km do exercício individual em 36m12s, relegando o italiano Filippo Ganna para segundo, a 14 segundos. O pódio ficou completo com o belga Wout van Aert, bronze, a 25s. Entre os portugueses, Nélson Oliveira repetiu o sétimo lugar no “crono” do Rio 2016, a 1m30s de Evenepoel, enquanto Rui Costa foi 25.º, a 2m47s do primeiro classificado. Os dois irão competir ainda na prova de estrada, dia 3 de Agosto.



Esgrima

Foi eliminado na prova de sabre e recusou-se a sair

O georgiano Sandro Bazadze, actual número um mundial, permaneceu, ontem, vários minutos na pista em protesto com a derrota sofrida nos oitavos-de-final da prova individual de sabre, da competição de esgrima, dos Jogos Olímpicos Paris 2024. O atirador alegou que foi prejudicado pela arbitragem no duelo em que foi batido por 15-14 pelo egípcio Mohamed Amer. “Tal como em Tóquio, pela segunda vez os árbitros mataram-me. Em Tóquio, destruíram a minha vida, quase parei a minha carreira e voltei para me preparar para os Jogos Olímpicos. E agora voltaram a matar-me”, disse o atleta após a derrota.

Judo

Um dia curto para Catarina Costa em Paris

Marco Vaza, em Paris

Portugal podia ter um primeiro dia épico nos Jogos Olímpicos de Paris. Tinha alto potencial medalhístico, com Gustavo Ribeiro a competir no skate e Catarina Costa a entrar em acção no tatami olímpico. Mas o dia olímpico de Ribeiro foi adiado pela chuva (para amanhã), e o de Catarina Costa foi demasiado curto para o que ela própria pensava. Era uma das judocas de topo em -48kg, mas acabou por cair perante o perigo desconhecido de uma adversária que nunca tinha enfrentado. O que se pensava que fosse uma potencial medalha acabou por ser uma imensa frustração.

A cumprir o seu segundo dia olímpico, Catarina Costa tinha ambições. Depois de ter chegado ao combate pelo bronze há três anos em Tóquio, a portuguesa chegava a Paris com o estatuto consolidado de uma das melhores na sua categoria e estava preparada para ir longe. No seu lado da chave, estava um potencial cruzamento com a mongol Baasankhuu Bavuudorj, campeã mundial, e uma das favoritas. Esse seria um problema para os quartos-de-final, já identificado e para o qual a portuguesa teria um plano.

Antes, teria de passar pela experiente alemã Katharina Menz, vice-campeã mundial em 2022, na primeira ronda, o que fez com relativa facilidade, com uma projecção pontuada com *waza-ari* a menos de um minuto do fim do combate. Seguiu-se a paraguaia Gabriela Narvaez, que se qualificara para Paris via quota continental, não por ranking (é 60.^a do mundo). Era uma desconhecida dos principais palcos do judo internacional, com pouca experiência frente a judocas de topo, apesar de já ter 29 anos.

Catarina Costa era favorita teórica, mas a sul-americana representava o tal perigo desconhecido. Depois de quatro minutos, com penalizações, mas sem pontos, o combate avançou para o “*golden score*”. A portuguesa parecia estar em vantagem, mas acabou projectada pela paraguaia, que pontuou com *ippon* aos 80 segundos do prolongamento. Catarina Costa levou alguns segundos até se levantar do tapete, a processar o facto de que o seu segundo dia olímpico tinha acabado.

Depois, passou pela zona mista e pediu mais uns segundos, para limpar as lágrimas dos olhos.

“Uma adversária algo difícil que não costuma aparecer no circuito,



HUGO DELGADO/LUSA

apesar de a estudarmos, é sempre diferente fazer [judo] com ela em competição. O combate até estava a pender ligeiramente para mim, com os castigos que ela tinha, ainda assim uma adversária complicada, com um bom ritmo de ataque e técnicas um bocadinho diferentes”, começou por dizer a judoca de Coimbra.

Ainda a rever o filme do combate na cabeça, Catarina Costa explicou o que aconteceu: “Quando vamos para o ponto de ouro, pode ser de qualquer uma. Eu fiz um movimento muito bom primeiro e ela a seguir teve a felicidade

Catarina Costa em esforço perante Gabriela Narvaez

80

Faltavam 80 segundos para o prolongamento do combate quando Catarina Costa foi projectada pela adversária paraguaia, perdendo por *ippon*

de me conseguir projectar numa técnica de sacrifício, ela nunca tinha feito isto em outras competições.”

A portuguesa admitiu que tinha preparado melhor os combates com as cabeças de série da sua parte do quadro e que não sabia bem o que valia a paraguaia (que seria eliminada pela mongol na ronda seguinte): “Fizemos todo esse trabalho na semana passada, com as cabeças de série do meu lado, já as tínhamos estudado todas. Trabalhei isso nos treinos, pensámos andar para a frente. Éramos 31, não podemos ver todas. Esta atleta do Paraguai não compete muito. É complicado ter as sensações reais do que é um combate, não podia fazer mais, foi uma infelicidade ter caído.” Aos 27 anos, a judoca portuguesa continua a ter nos seus planos, pelo menos, mais um ciclo olímpico, mantendo-se na alta competição enquanto conclui o seu curso de Medicina em Coimbra.

“É algo que me dá muito prazer e logo se vê, vão ser mais quatro anos, vou fazer mais um ciclo, vou fazer mais competições”, disse. Mas a isso chama-se futuro. Naquele momento, Catarina Costa só queria uma coisa: “Agora quero é estar com a minha família, o que eu quero é abraçá-los.”

Tudo começou num roubo de cartas do Pokémon

“Se não fosse o judo, estava na prisão”

Marco Vaza, em Paris

Todos os desportos pretendem ser universais – é nisso que se baseia o Comité Olímpico Internacional (COI) para fazer o seu programa. Claro que há umas modalidades mais universais que outras, mas o judo tornou-se surpreendentemente universal desde que se estreou nos Jogos de Tóquio em 1960. É uma modalidade com as suas potências, mas com muitas bandeiras de todas as latitudes, até das Caraíbas. E ver a bandeira da Jamaica num torneio olímpico de judo é (quase) tão surpreendente como tê-la visto na prova de bobsleigh nos Jogos de Inverno em Calgary 1988.

A bandeira do país de Usain Bolt estava no quimono de Ashley McKenzie, que competiu em Paris 2024 no primeiro dia do judo olímpico, na categoria masculina de -60kg. Ganhou um combate, perdeu outro, não ficou para a sessão da tarde e foi embora para a casa, tal como aconteceria depois com a portuguesa Catarina Costa e muitos outros judocas. Mas este não era o primeiro dia olím-

pico de McKenzie. Aos 35 anos, ele estava a competir nos Jogos pela quarta vez – as três primeiras, entre 2012 e 2021, foram pelo país onde nasceu, a Grã-Bretanha, a quarta foi pelo país do seu pai, a Jamaica.

As letras que tinha nas costas eram diferentes – JAM em vez de GBR. Mas o resultado foi igual ao de todos os outros Jogos, sempre fora da luta pelas medalhas. Foi o turco Salih Yildiz quem lhe travou a progressão e, depois da derrota, deixou-se ficar no chão e não se levantou durante alguns segundos. Também lhe custou a sair do tapete e foi pelo caminho mais longo até à porta de saída do pavilhão, absorvendo aqueles que poderiam ser os seus últimos momentos nos Jogos.

Um “*bad boy*” jamaicano

Ashley McKenzie entrou no judo porque um rapaz lhe roubou as cartas do Pokémon. Tinha 11 anos, estava diagnosticado com défice de atenção e hiperactividade, tinha asma, borbulhas e já tinha sido operado ao coração com 18 meses de idade.



Ashley McKenzie, de azul, em acção nos jogos de Paris 2024

O rapaz estava desesperado para aprender como se batia em alguém, mas a mãe barrou-lhe o acesso ao boxe. O judo foi um compromisso entre os dois e o jovem Ashley rapidamente se revelou um talento (e ficou amigo do rapaz que lhe roubou as cartas), sempre com uma certa atitude “*bad boy*” – foi, aliás, o título de um documentário que a BBC fez com ele, a propósito dos Jogos de Londres em 2012.

O londrino revelou-se um judoca de eleição, com múltiplas medalhas em europeus e em provas do circuito

mundial. Tudo isto, enquanto desenvolvia uma actividade paralela como “estrela” de *reality shows* televisivos – deu para ganhar dinheiro, entrar no circuito das celebridades britânicas e financiar a sua manutenção na alta competição. E até aos 34 anos, competiu pela Grã-Bretanha. Depois, em 2023, decidiu mudar a sua nacionalidade desportiva para a Jamaica por sentir que o país do seu pai o “compreendia melhor”.

Em Paris, ele foi um de apenas quatro em 58 atletas da Jamaica que não estão no atletismo – um no judo, um

nos saltos para a água, dois na natação. Chegou, venceu e perdeu por “uma polegada” com o seu adversário turco.

“Dei-lhe uma polegada, ele levou uma milha. Ele só estava a jogar pelos castigos e eu também fazia isso no meu tempo. Mas houve alturas em que o tive no chão e podia ter acabado com aquilo. Essa polegada vai ficar na minha cabeça por muito tempo”, dizia McKenzie já na zona mista, depois da tal longa caminhada.

Já longe da imagem de “*bad boy*”, um pai de família que naquele momento só tinha saudades da filha pequena, McKenzie voltou a reconhecer que o judo definiu-lhe a vida. “Se não fosse o judo, estava na prisão”, reforçou. Mas também acrescentou que esse papel transformador talvez tenha chegado ao fim: “Preciso de estar uns tempos fora disto, o meu corpo está dorido. Não sei se me vou retirar, preciso de falar com o meu treinador, falar com a Sandra [a mulher]. Tenho 35 anos e tenho saudades da minha filha. Estou demasiado tempo longe dela.”

Natação

Leon Marchand vai mergulhar cinco vezes para o ouro

Pedro Keul

O cognome de “Michael Phelps francês” não vai pesar quando Leon Marchand mergulhar na piscina da La Defense Arena. Com o apoio de grande parte dos 15 mil espectadores presentes no complexo aquático onde vão ser disputadas as provas de natação olímpicas, o nadador francês salta hoje para a conquista do ouro olímpico, nos 400m estilos. Mas no horizonte de Marchand não está uma, mas cinco medalhas de ouro olímpicas.

“Quero ser campeão olímpico e terei cinco oportunidades para isso. Esse é o plano A, aquele que está na minha cabeça”, revelou Marchand, que vai competir nos 200m e 400m estilos, 200m mariposa, 200m bruços e a estafeta 4x100m estilos. Uma tarefa desde já difícil e que aumenta de dificuldade devido ao calendário que colocou as provas de mariposa e bruços no mesmo dia.

“Depois dos 400m estilos, iremos decidir se posso fazer as duas provas ou não. Na verdade, não visualizei os cenários que poderiam acontecer, são muitos. Vou tentar guardar a surpresa, não quero saber. É um presente que vou abrir no domingo e nos dias seguintes. Sei que a pressão vai ainda aumentar e é por isso que os 400m estilos vão ser uma libertação, por finalmente poder mergulhar e ver o que posso fazer”, acrescentou na conferência de imprensa na quinta-feira.

Curiosamente, foi essa a prova que revelou Marchand nos Jogos Olímpicos de 2021, quando terminou no

sexto lugar. O resultado promissor levou-o a treinar essa distância e, no ano seguinte, nos Mundiais de Budapeste, Marchand bateu o recorde mundial de 400 metros estilos que pertencia a Phelps.

Nascido há 22 anos em Toulouse, filho de Xavier Marchand e Céline Bonnet, ambos nadadores olímpicos, o atleta francês estuda Ciências da Computação na Universidade do Arizona, em Tempe, onde treina sob a supervisão de Bob Bowman, que levou Phelps dos campeonatos universitários dos EUA ao topo do mundo da natação – reforçando ainda mais as comparações com o nadador americano.

Após um ano de adaptação, Marchand venceu todas as 26 provas que realizou em 2023 no circuito universitário dos EUA e nos Mundiais. Em Fukuoka, o nadador francês conquistou três títulos mundiais individuais (200m, 400m estilos e 200m mariposa), mas foi impedido de se inscrever nos 200m bruços por Bowman, que nunca permitiu que Phelps disputasse duas provas individuais no mesmo dia. O facto de os Jogos Olímpicos se realizarem no seu país permitiu a Marchand convencer o treinador a apostar nas quatro provas individuais. E Bowman está presente em Paris como treinador assistente da equipa olímpica francesa de natação.

“Sempre tive dificuldade em escolher entre nadar mariposa e bruços, mas nunca tive oportunidade de me expressar nas duas provas ao mesmo tempo. O calendário dos Jogos não é assim tão mau para mim, com uma

hora e meia entre as duas finais. É muito difícil, é um desafio enorme, mas sou capaz, posso transcender-me”, frisou Marchand.

Após duas semanas com treinos diários, em que nadou sete quilómetros por dia, ganhou um pouco de resistência e um pouco de caixa, Marchand apresenta-se em Paris como uma das grandes estrelas do desporto francês, um estatuto com que também aprendeu a lidar.

“Adaptei-me muito bem durante dois anos a esta loucura, uma escala desproporcional, pelo menos para natação. Os meus pais desempenham um grande papel em tudo isso. Eles estiveram nos Jogos Olímpicos e ajudam-me a lidar com a pressão”, afirmou, antes de admitir: “Agora gosto disso, vejo mais como um desafio. E quero seguir o meu próprio caminho. É a primeira vez que chego como favorito da casa. Há muita cultura americana no facto de conseguirem vencer diversas vezes. Não têm medo e consideram que ser favorito é uma oportunidade. Veremos, mas é emocionante para mim.”

Nos Jogos de Sydney de 2000, o adolescente Ian Thorpe gerou uma loucura semelhante na Austrália e correspondeu ao ganhar o ouro nos 400 metros livres e nas estafetas 4x100 e 4x200 no mesmo estilo. Mas não conseguiu imitar Phelps, Mark Spitz e Kristin Otto, que conquistaram quatro (ou mais) medalhas de ouro numa única edição dos Jogos Olímpicos – Phelps detém um recorde de cinco nos Jogos de 2008, de um total de 13 títulos individuais olímpicos.



Leon Marchand é uma das grandes esperanças francesas na natação

FC Porto ganhou 5200 sócios desde a tomada de posse da direcção de André Villas-Boas

Miguel Dantas

Números mostram aumento de 210% na angariação de novos sócios face a igual período em 2023

André Villas-Boas diz ter uma “fé inabalável” para a temporada 2024-25 e os adeptos do FC Porto mobilizam-se em números históricos para serem parte activa na nova era dos “dragões”. Prova disso mesmo são os cerca de 5200 novos sócios que os portistas conseguiram angariar desde o dia 7 de Maio, momento em que o novo presidente tomou posse da administração da SAD “azul e branca” e assumiu oficialmente plenas funções enquanto dirigente.

De acordo com os dados recolhidos pelo PÚBLICO junto dos “dragões”, este número representa um crescimento de quase 210% na admissão de novos sócios face ao período homólogo do ano anterior. Esta estatística representa ainda uma prova de vitalidade para os “dragões”, quando 40% destes 5200 novos associados têm menos de 25 anos.

No campo dos lugares anuais – e mesmo sem presença na Liga dos Campeões –, este é já um dos melhores anos de sempre para os portistas, algo que se vai reflectir já na apresentação do clube aos sócios, um jogo a disputar hoje frente ao Al-Nassr, às 18h30, embora a cerimónia de apresentação do plantel tenha início às 17h. Os números ainda não estão fechados, mas já se sabe que será um dos anos com mais lugares vendidos na história do Estádio do Dragão, com a direcção portista a apontar para que esta temporada esteja entre as quatro melhores de sempre nesta rubrica.

Dentro das quatro linhas o FC Porto surge com um percurso 100% vitorioso na pré-temporada (cinco vitórias em outras tantas partidas), e apresenta-se hoje aos sócios na máxima força e com a intenção de um derradeiro triunfo galvanizador antes da final da Supertaça, troféu disputado frente ao Sporting no dia 3 de Agosto (sábado). Vítor Bruno será apresentado pela primeira vez ao público do Estádio do Dragão como treinador principal, depois de substituir de forma conturbada Sérgio Conceição no cargo após o final da temporada 2023-24.

Condicionado pela ausência de



André Villas-Boas

vários jogadores que representaram as respectivas selecções no Euro 2024 e na Copa América, o técnico portista recorreu ao “ouro da casa” – expressão cunhada pelo próprio na apresentação enquanto treinador – para os últimos desafios. O resultado foi animador, vencendo sempre com pelo menos dois golos de diferença no estágio da Áustria e com três goleadas em cinco jogos.

Os regressos e as incógnitas

Depois da despedida a Taremi e ao capitão Pepe, os portistas têm reencontro marcado com David Carmo e Fran Navarro, jogadores emprestados pelo FC Porto aos gregos do Olympiacos na temporada passada.

Já Wanderson Galeno, o segundo melhor artilheiro dos portistas na temporada transacta, é cobiçado por vários clubes, mas a imprensa italiana diz que a Juventus assegurou que a vontade do atacante portista é mudar-se para Turim. Ainda assim, a SAD portista não quer deixar sair uma peça importante sem que o retorno financeiro seja o apropriado. A cláusula de rescisão de Galeno fixa-se nos 60 milhões de euros.

Francisco Conceição é outro dos nomes de destaque no plantel “azul e branco”, avaliado com uma cláusula de rescisão de 45 milhões de euros. O filho do ex-treinador foi adquirido ao Ajax a título definitivo ainda pela antiga direcção, assinando um contrato em que reservou o direito a receber 20% de uma transferência futura. Apesar do desconforto sentido por ambas as partes com os acontecimentos dos últimos meses, clube e jogador parecem estar empenhados em fazer a relação resultar.

Sporting vence Athletic Bilbao. Coates pode ir descansado

Crónica de jogo

Jorge Miguel Matias

No jogo de apresentação aos sócios, os “leões” derrotaram o clube basco. Partida serviu ainda para o adeus a Coates

O Sporting manteve a tradição e venceu, ontem, o Troféu Cinco Violinos que marca a apresentação aos sócios e simpatizantes da sua equipa de futebol. Contra o Athletic Bilbao, os “leões” ganharam por 3-0 e realizaram uma boa exibição, naquele que foi o derradeiro teste antes do primeiro jogo oficial da nova época, dia 3 de Agosto, contra o FC Porto, na disputa da Supertaça Cândido de Oliveira.

Contra uma equipa exigente, que foi quinta classificada da Liga espanhola na temporada passada e venceu a Taça do Rei (embora esteja mais atrasada na preparação da próxima época), o Sporting foi melhor equipa, teve mais posse de bola, mais ocasiões de golo e mais dinamismo.

Ainda que a formação basca não tivesse surgido no relvado de Alvalade com alguns dos seus jogadores mais sonantes – casos do guarda-redes Unai Simon ou do avançado Nico Williams –, o nível de dificuldade que colocava ao Sporting era, claramente, o mais elevado que os “leões” já tinham enfrentado nesta pré-época. E a verdade é que o Sporting – também ele sem algumas peças importantes, casos de Nuno Santos ou St. Juste – deu conta do recado.

Não é por isso de estranhar que no final do encontro Rúben Amorim estivesse satisfeito: “Quem entrou esteve bem. Perdemos algumas bolas, mas reagimos bem. Controlamos o jogo e estamos no bom caminho.”

Com um golo no primeiro tempo e dois na segunda metade da partida, a equipa de Rúben Amorim apresentou velocidade e consistência defensiva e ofensiva, e mostrou estar pronta para defender o título de campeão ganho a temporada transacta.

O primeiro golo surgiu cedo, na sequência de uma jogada já tantas vezes vista em Alvalade. Recuperação de bola no meio-campo, passe para Gyökeres que serviu Pedro Gonçalves, com o português a não perdoar na cara do guarda-redes adversário.

Seguiram-se mais uma série de boas jogadas e ocasiões de golo, com a bola a embater nos ferros da baliza



Pedro Gonçalves celebra o seu golo, o primeiro do Sporting contra o Athletic Bilbao

	Sporting Pedro Gonçalves 11', Edwards 80', Trincão 83'	3
	Athletic Bilbao	0
Jogo no Estádio José Alvalade, em Lisboa.		
Assistência 35.079 espectadores		
Sporting Kovacevic (F. Israel, 69'); Quaresma, Debast (João Muniz, 69') e Gonçalo Inácio (Matheus Reis, 69'); Catamo (Fresneda, 46'), Morita (Matheus Fernandes, 81'), Hjulmand (Daniel Bragança, 69') e Quenda (Daniel Bragança, 69'); Pedro Gonçalves, Gyökeres (25' (Rodrigo Ribeiro, 59') e Trincão. Treinador Rúben Amorim.		
Athletic Bilbao Padilla; Gorosabel (Ander Herrera, 64'), Yeray e Lekue; Yuri (Boiro, 73'), Prados (Canales, 73'), Jauregizar (16' (Álvaro Djaló, 64') e Iñaki Williams (Unai Gómez, 73'); Sancet, Berenguer e Guruzeta (Hugo Rincón, 64'). Treinador Ernesto Valverde.		
Árbitro Tiago Martins		

Positivo/Negativo

+ Geovany Quenda
O jovem extremo de apenas 17 anos alinhou na ala direita e fez uma muito boa exibição. Mais uma jóia da formação “leonina” que Rúben Amorim parece disposto a não esbanjar. “Entende o jogo como um adulto. Temos ali jogador”, disse no final o técnico sportinguista.

Kovacevic
É um dos reforços para esta época e o guarda-redes mostrou qualidades quando foi posto à prova.

- Geny Catamo
Com a entrada no “onze” sportinguista de Quenda, Catamo passou para o flanco oposto e esteve muito ausente do jogo. Foi substituído ao intervalo.

A equipa de Rúben Amorim apresentou velocidade e consistência defensiva e ofensiva, e mostrou estar pronta para defender o título de campeão nacional ganho a temporada transacta

basca duas vezes numa só jogada, por exemplo. Mas o marcador só seria dilatado no segundo tempo. Já depois de uma série de alterações nos “onzes” das duas equipas, Daniel Bragança arrancou com a bola nos pés em direcção à área adversária, entregou-a a Matheus Reis, que cruzou, com Edwards a só ter que desviar para a baliza (80’).

E três minutos depois novo golo sportinguista, e nova assistência de Matheus Reis, com a conclusão a pertencer a Trincão. Coates, que foi homenageado no estádio e disse adeus ao clube onde foi capitão nos últimos anos, pode ir descansado.

Sergio Chumil vence na Torre e o novo líder da Volta é português

É, tradicionalmente, apontada como a etapa rainha da Volta a Portugal. A subida à Torre, na serra da Estrela, oferece sempre espectáculo e na edição deste ano da Volta não só o ofereceu, como originou uma revolução na classificação geral, com um novo camisola amarela, e português.

Colocada logo no terceiro dia dos dez da Volta deste ano, a subida ao ponto mais alto do território continental português foi ganha pelo guatemalteco Sergio Chumil (Burgos-BH), de apenas 23 anos, o mais rápido a cumprir os 161,2km que separaram o Crato e a Torre e a ultrapassar as quatro contagens de montanha. Mas logo atrás, a apenas três segundos, surgiu Afonso Eulálio (Betão/Feirense), que graças a este desempenho deu um salto de dez lugares e passou do décimo lugar da geral para a liderança.

Eulálio, que tem apenas 22 anos, estava a 1m25s do anterior líder, Colin Stüssi (Vorarlberg), que sofreu para acompanhar os homens da frente ao longo da escalada de 20km com 6,5% de inclinação média e terminou em oitavo, ficando a 14 segundos do corredor português e novo camisola amarela, sendo também ultrapassado na geral pelo espanhol Jon Agirre (Kern Pharma), que está a 13 segundos de Eulálio.

No final, o português estava surpreendido com tudo: “Nunca pensei que podia disputar o triunfo na etapa e muito menos vestir a camisola amarela.” E quando lhe perguntaram se esperava manter a liderança até final, Eulálio lembrou António Carvalho, líder da sua equipa: “Não sei se a vitória será possível, ainda faltam muitos dias para o fim e o António ainda está em competição. Tenho apenas dois anos. Se não ganhar agora, ainda tenho muitos anos pela frente.”

Hoje, a quarta da Volta liga o Sabugal à Guarda num total de 164,5km. **Lusa**

Classificações

3.ª ETAPA	
1.º S. Chumil (Burgos/BH)	4h10m10s
2.º A. Eulálio (Betão/Feirense)	a 3s
3.º J. Agirre (Kern Pharma)	a 20s
4.º M. Biskarra (Euskaltel)	a 25s
5.º J. Guardado (Caja Rural)	a 59s
GERAL	
1.º A. Eulálio (Betão/Feirense)	12h22m48s
2.º J. Agirre (Kern Pharma)	a 13s
3.º C. Stüssi (Vorarlberg)	a 14s
4.º M. Biskarra (Euskaltel)	a 37s
5.º Diego Camargo (Petrolika)	a 1m05s

BARTOON LUÍS AFONSO



Kamala Harris e a empatia em três vinis



Pedro Adão e Silva

Nos últimos dias, um vídeo no qual se vê Kamala Harris à saída de uma loja de discos de saco de papel na mão, a esconder alguns vinis, viralizou. Instada por jornalistas a declarar o que trazia no saco, Kamala não hesita e, de sorriso rasgado, vai retirando os discos um a um: “Charles Mingus, um dos maiores intérpretes de jazz de sempre. Um dos meus álbuns preferidos, de Roy Ayers, *Everybody Loves the Sunshine*. Conhecem? É tão bom, um clássico. E *Porgy and Bess*, e este é muito bonito, é a versão da Ella Fitzgerald e do Louis Armstrong.”

Sempre que se aproxima uma campanha, é-nos dado a conhecer um pouco dos gostos musicais dos candidatos. Esta curiosidade é reveladora do valor que colectivamente atribuímos à música e alimenta-se da expetativa de que quem lidera possa ouvir as mesmas

canções que nós, formando um grande coro em perfeita harmonia. A consagração da ideia utópica da política como gigantesca “afinidade eletiva”. Como este é o propósito, para não desagradarem a ninguém, é comum os políticos declararem preferências anódinas (a música desenhada a algoritmos dos saudosos Coldplay surge amiúde).

É por isso que o vídeo de Kamala Harris é curioso: não só revela um gosto, uma coerência nas preferências, como este nos é revelado com o entusiasmo de um melómano. Sei do que falo, conheço aquele brilho que nos sai naturalmente dos olhos quando nos deixam falar dos discos de que gostamos.

Já lá vou aos três discos, porque valem mesmo a pena ser escutados e têm, além do mais, um significado cultural e político. Para já, o meu ponto é outro: a forma como o gosto autêntico, mesmo que seja distante do nosso, nos aproxima de quem o torna público, gerando empatia. É raro conhecermos de facto os consumos culturais de um político, que vão para além de declarações de conveniência, assentes em mínimos denominadores comuns. Num mundo enredado num solipsismo militante, ancorado na atenção que é dada às redes sociais, a cultura é



STEPHANIE SCARBROUGH/REUTERS

“
Vídeo de Kamala Harris é curioso: não só revela um gosto, uma coerência nas preferências, como este nos é revelado com o entusiasmo de um melómano

ainda a forma mais poderosa de nos aproximarmos uns dos outros na vida real. A campanha presidencial norte-americana ainda nem sequer saiu do adro, mas Kamala Harris já demonstrou um potencial empático que radica sempre na genuinidade, o que faz diferença. Neste caso, os cínicos tenderão a dizer que se trata de três escolhas feitas a regra e esquadro, de acordo com um qualquer *focus group*. Eu, que continuo crente no sorriso de quem nos interpela com um “conhecem o Roy Ayers?”, penso o contrário.

O que me traz aos três álbuns. *Porgy and Bess* corresponde ao melhor da experiência

norte-americana – entre os espirituais negros, a Broadway, o jazz e o registo operático. A grande Ópera norte-americana composta por um judeu do Brooklyn, descendente de imigrantes russos, George Gershwin, a partir de um livro de um branco da Carolina do Sul, que retrata o quotidiano das comunidades negras. A versão a meias entre Satchmo e Ella, que tem uma capa além do mais lindíssima, é desarmante.

Let my Children Hear Music é um disco tardio de Charles Mingus (e curiosamente o favorito do próprio). Um doidivanas doce, Mingus foi um baixista assombroso e compositor sublime. Era também um ótimo pianista e um grande arranjador. Disco orquestral e poderoso, não será a melhor porta de entrada para a sua música, mas vale a pena lá chegar.

Deixo o Roy Ayers para o fim. Vibrafonista de eleição, Ayers fez todas as pontes: do jazz para o funk, do r&b para a soul e disco. Cinco décadas depois, permanece um disco luminoso, livre e pleno de futuro e que inaugurou muita da música que se faz hoje. Deixo-vos uma recomendação: ouçam os discos que a Kamala Harris comprou.

Colunista

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

12505
5 601073 016087

Assine o PÚBLICO e receba 3 meses grátis de acesso à FILMIN

Assista ao cinema que muda tudo

CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

ASSINE JÁ

publico.pt/assinaturas